

INOVAÇÃO

7º Congresso discute avanços disruptivos

SANEAMENTO

Congresso quer estimular novos investimentos

SESI

Pesquisa mostra maior cuidado com a segurança

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 2 | nº 14 | Julho 2017



O DESAFIO DO FINANCIAMENTO

CNI PROPÕE PROGRAMA EMERGENCIAL PARA
RECUPERAR O CAIXA DAS EMPRESAS
SEM A CONCESSÃO DE NOVOS SUBSÍDIOS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



**Prêmio Nacional
de Inovação**

Edição 2016/2017

LOWFAT



AS EMPRESAS GANHAM O PRÊMIO. A GENTE GANHA INOVAÇÃO E UM FUTURO INCRÍVEL.

A CNI e o Sebrae parabenizam as empresas que valorizaram a inovação e estão trabalhando para fazer um futuro melhor para o nosso país.

**CONHEÇA AS VENCEDORAS
DA EDIÇÃO 2016/2017.**

	PRODUTO	PROCESSO	MARKETING	ORGANIZACIONAL	GESTÃO DA INOVAÇÃO
Micro e Pequenas Empresas - ALI	Montrel Tecnologia	Play Park Brinquedos	Biotechnos	Q2 Produtos Médicos Odontológicos	Simbios Biotecnologia
Micro e Pequenas Empresas	Fornari Indústria	Habitar Construções Inteligentes	Pharmakos D'Amazônia	Engpiso	Fornari Indústria
Médias Empresas	Ambiente Verde	Toctao Engenharia	Biotechno, Indústria e Comércio	Não há finalistas	BMD-Têxteis
Grandes Empresas	Whirlpool Latin America	MRV Engenharia	Cerâmica Portobello	Natura	Enel

Iniciativa:



Uma parceria:



Realização:



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



CARTA AO LEITOR

Se crises econômicas de curta duração obrigam os empresários a prender o fôlego por alguns meses, as longas – como a que o Brasil enfrenta há mais de dois anos – podem asfixiar as empresas. A saúde financeira da indústria brasileira é o tema da reportagem de capa desta edição, baseada no estudo *Financiamento de Capital de Giro para Empresas da Indústria de Transformação*. Elaborado pela Diretoria de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o documento faz amplo diagnóstico do problema e propõe um programa emergencial de crédito, sem novos subsídios, a ser entregue ao Governo Federal.

De acordo com o trabalho, mais de 40% das indústrias de transformação do país enfrentam sérias dificuldades financeiras e precisam, com urgência, de linhas de financiamento. Não fosse o bastante ver o Produto Interno Bruto (PIB) industrial cair quase 10% entre 2014 e 2016, o setor tem enfrentado escassez de crédito dos bancos para capital de giro, que vem encalhando sistematicamente.

Para Carlos Rocca, diretor do Centro de Estudos do Instituto IBMEC, o governo federal tem atuado corretamente ao promover um ajuste nas contas públicas, mas vem descuidando da saúde financeira do setor privado. “O grande desafio é realmente a questão do capital de giro e a gestão financeira das empresas endividadas e com problemas de cobrir o custo financeiro”, afirma o especialista.

Se a agenda emergencial é preocupante para a indústria, a que surge no horizonte é desafiadora. Prova disso foram as discussões do *7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria*, realizado em São Paulo no fim de junho. O tema central do evento foram as inovações disruptivas, aquelas que têm capacidade de mudar um sistema produtivo, tal como se tem observado no avanço da Indústria 4.0. Grandes nomes nesse debate, como Peter Diamandis, fundador e presidente do Conselho da XPRIZE Foundation, participaram do congresso.

Esta edição também traz reportagens sobre outros esforços para melhorar o ambiente de negócios e produção no país, como o debate legislativo por mais investimentos na área de saneamento básico, o pleito do Brasil por ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o aumento da preocupação das empresas com a segurança do trabalhador, revelado por pesquisa do Serviço Social da Indústria (SESI).

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glaucio José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Imprensa CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Imprensa
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial
Wladimir Gramacho

Jornalista responsável
Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem
Gleice Mere
Iara Vidal
Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração
Armando Salmito | FSB Design
Daniel Barroca

Revisão de texto
Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472
Fax: (61) 3317-9456
email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE



6



SUMÁRIO

CAPA



Economia precisa de mais crédito e empresas, de melhor fluxo de caixa

INFOGRAFIA

O diagnóstico sobre a crise de financiamento e a proposta do programa emergencial

CARLOS ROCCA

Especialista diz que governo está descuidando da saúde das empresas

INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI promove seminário sobre propriedade intelectual

AGENDA LEGISLATIVA



Saneamento na pauta do Congresso, que apoia mais investimentos

JOSÉ SERRA

Setor privado precisa de injeção de ânimo e melhores condições de negócio

COMPETITIVIDADE



INOVAÇÃO

7º Congresso Brasileiro em São Paulo discute importância dos avanços disruptivos na indústria

WINCE SMITH

Presidente do Conselho de Competitividade dos EUA aposta em aproximação com o Brasil

COMPETITIVIDADE

Brasil quer entrar para a OCDE e tornar economia mais atrativa a investidores

ACORDOS

Diálogo com México e Argentina avança e gera otimismo sobre novo acordo de comércio

CONFIANÇA

ICEI mostra que a crise abalou a recuperação do otimismo no setor

TERMÔMETRO ECONÔMICO

Brasileiro reluta em voltar a consumir e tem cautela com o bolso

GIRO BRASIL



RS aumenta exportações de janeiro a abril deste ano

GIRO GLOBAL



Índia investe em obras com eficiência energética

SESI / SENAI / IEL



Pesquisa mostra avanço na preocupação das empresas com a segurança do trabalhador

8

16

18

20

22

24

26

30

32

34

36

38

40

42

44

NÃO É HORA DE DESCANSAR

O país entrou em um tempo de reformas estruturais e não pode retroceder. As mudanças legislativas que o Congresso Nacional vem aprovando, no campo trabalhista, das contas públicas e da Previdência, são essenciais para que o Brasil deixe para trás a pior recessão de sua história e volte a crescer em níveis satisfatórios. Que essas transformações sejam viabilizadas num período de incertezas políticas é um feito que mostra o amadurecimento institucional do país. Devemos celebrar, mas ficar atentos para que as ações continuem.

A reforma das leis trabalhistas proposta pelo governo e aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado afasta, do ordenamento jurídico, alguns entraves ao aperfeiçoamento das relações de trabalho no país. Ao mesmo tempo em que flexibiliza normas que já não cabem na realidade de uma economia que se pretende dinâmica, a modernização

da legislação não retirou nenhum direito dos trabalhadores. Seu ponto mais importante é a valorização da negociação coletiva entre patrões e empregados – um firme passo em direção ao diálogo.

Da maneira como estava consolidada antes da sanção presidencial ao projeto aprovado pelo Congresso Nacional em julho, a legislação trabalhista fazia justamente o oposto: incentivava o desentendimento. Não à toa, hoje tramitam, nos fóruns trabalhistas no país, cerca de 9 milhões de processos contrapondo empregados e empregadores. Esse número equivale a uma ação para cada cinco trabalhadores com carteira assinada no país. Muitas vezes, as empresas se veem obrigadas a pagar, de novo, direitos já devidamente honrados.

Antes, o Congresso já havia tomado a corajosa decisão de aprovar o projeto que regulamenta a terceirização, tirando da informalidade milhões de

trabalhadores. Agora, as empresas contarão com mais flexibilidade para contratar serviços condizentes com a organização de sua produção, enquanto os trabalhadores passam a receber direitos que, até então, lhes eram negados pela contradição entre a legislação trabalhista e a realidade vivida na economia mundial.

Iniciativas para o reequilíbrio das contas públicas, também propostas pelo governo e aprovadas no Legislativo, serão fundamentais para o bom equacionamento do Estado, o retorno da estabilidade e o incentivo ao crescimento econômico. Nesse capítulo, destaca-se o estabelecimento de um limite para o aumento das despesas públicas, uma medida que, diante da progressiva deterioração fiscal ocorrida num período de pelo menos 10 anos, pode ser considerada uma pequena revolução.

Esse esforço, entretanto, estará incompleto caso não seja efetivada a reforma da Previdência Social, imprescindível para o ajuste das finanças de União, estados e municípios. O sistema previdenciário, no modelo atual, repleto de privilégios e desequilíbrios, está condenado. Se mudanças não forem feitas logo, com a fixação de um regime único e o estabelecimento de idade mínima para a aposentadoria, a fonte vai secar e os beneficiários deixarão de receber – uma catástrofe social, que precisa ser evitada.

Enfim, governo e Congresso merecem aplausos pela coragem de, mesmo num cenário adverso do ponto de vista político, aprovarem reformas necessárias ao país. Mas é preciso reforçar consensos e continuar avançando na retirada de crônicos obstáculos ao desenvolvimento – nessas e em outras áreas, como tributação, regulação da infraestrutura, diminuição da burocracia, estímulo às exportações, incentivo ao crédito, licenciamento ambiental e tantas outras. Não é hora de descansar.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

ECONOMIA PRECISA DE MAIS CRÉDITO

CNI PROPÕE A AMPLIAÇÃO DO FINANCIAMENTO A EMPRESAS INDUSTRIAIS PARA ALIVIAR O FLUXO DE CAIXA E ESTIMULAR UMA RESPOSTA MAIS POSITIVA DO SETOR QUANDO CHEGAREM SINAIS DE RECUPERAÇÃO CONSISTENTE DA ECONOMIA

Proposta da CNI pretende ampliar operações de crédito do BNDES sem a criação de novos subsídios

Em bora a economia tenha começado a se recuperar no primeiro trimestre deste ano e o Banco Central tenha reduzido a taxa de juros, a maior parte das empresas industriais ainda não consegue gerar caixa suficiente para pagar suas despesas financeiras (juros), conforme estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre a oferta de capital de giro nos últimos três anos, entre 2014 e 2016. E essa dificuldade deve se manter ao longo dos próximos meses.

“Em 2017, mais de 40% das empresas da indústria de transformação estarão em situação financeira difícil. Uma retomada mais consistente da produção industrial e do emprego requer a adoção de um programa emergencial para o financiamento do capital de giro dessas empresas”, diz o

estudo *Financiamento de Capital de Giro para Empresas da Indústria de Transformação*.

A ideia é que essa proposta seja o ponto de partida para discutir o financiamento ao capital de giro no país, problema apontado com frequência nas pesquisas feitas pela entidade ao longo dos últimos anos. De acordo com o estudo, a queda na concessão de crédito para capital de giro foi ainda mais intensa do que a redução verificada no total de concessões de crédito e do que as realizadas pelos bancos com recursos livres. Tal situação contribuiu para a queda de 3,8% no Produto Interno Bruto (PIB) industrial em 2016.

“Queremos recuperar as condições financeiras das empresas porque a crise que atingiu o setor privado foi muito forte e debilitou a indústria. É imprescindível,

para a recuperação da economia, que as empresas recomponham suas condições financeiras para, no momento em que a economia der sinais positivos, poderem também responder positivamente”, afirma Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI e coordenador do estudo.

Segundo ele, a dificuldade em conseguir financiamento para capital de giro é um limitador para o potencial das empresas. Em 2016, quando o PIB teve uma queda de 3,6%, a oferta de capital de giro recuou 25%, segundo o estudo da CNI. Diante desse cenário, com baixo crescimento e redução da taxa de juros, “mais de 40% das empresas da indústria de transformação ainda estarão em situação financeira difícil, com geração de caixa inferior às suas despesas financeiras”, diz o estudo.

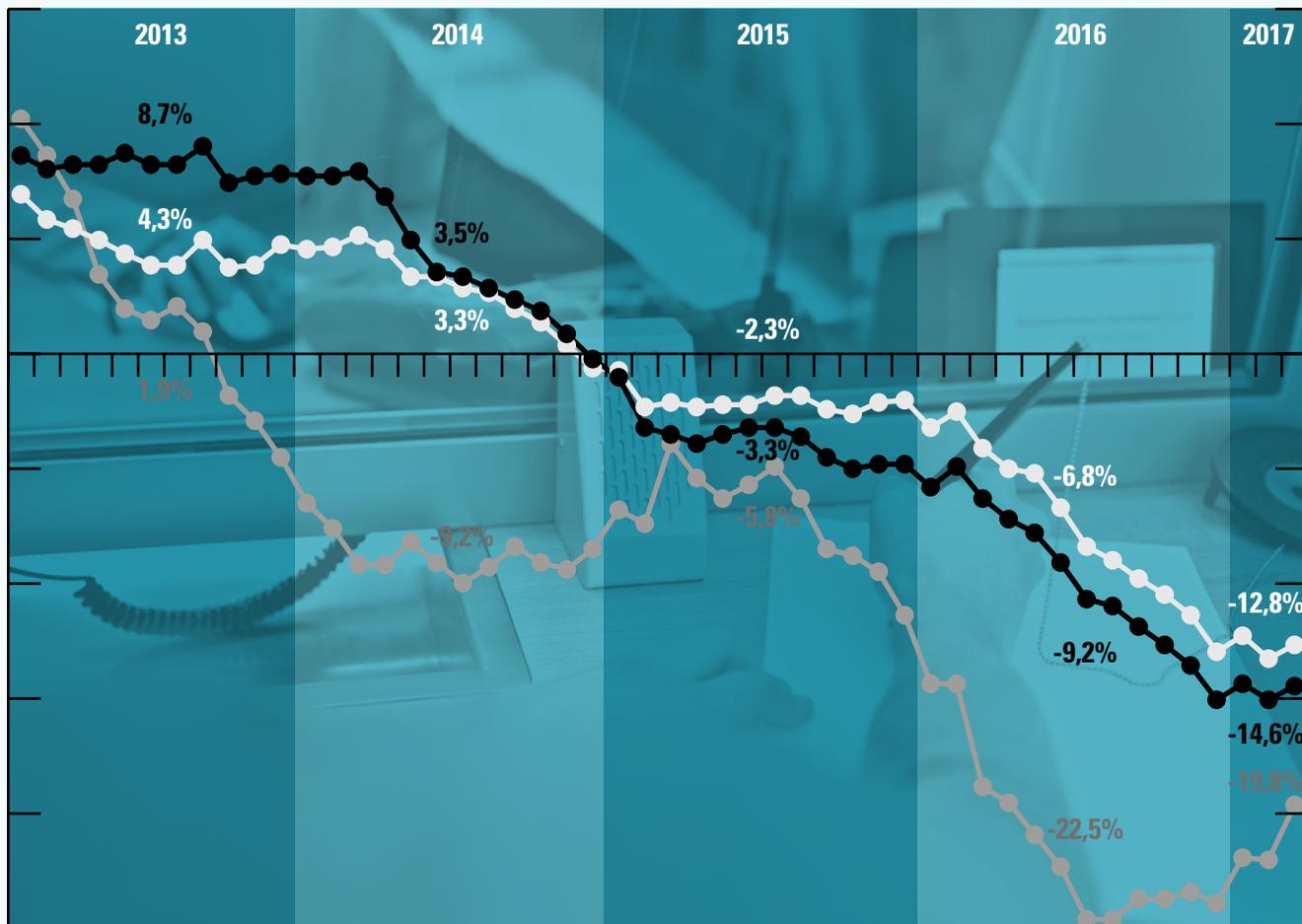


Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

A indústria está muito debilitada, diz Flávio Castelo Branco (CNI), coordenador do estudo que deu origem à proposta

O ENCOLHIMENTO DO CRÉDITO PARA AS PESSOAS JURÍDICAS

Taxas Anuais de Variação da Média Móvel Anual



● Total PJ ● Recursos Livres PJ ○ Capital de Giro PJ

Fonte: Financiamento de Capital de Giro para Empresas da Indústria de Transformação

A proposta da CNI é ampliar o acesso das empresas industriais a financiamentos cujo valor cubra integralmente as parcelas de suas dívidas vencíveis nos 12 meses contados a partir da data da operação, mas sem subsídios adicionais. De acordo com a proposta, as empresas contempladas precisam oferecer garantias de valor no mínimo equivalente ao montante financiado. A fonte de recursos e as taxas de juros básicas são as do *BNDES Progeren*, linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para capital de giro.

A nova política operacional do BNDES traz importantes inovações, que facilitam sua utilização num programa emergencial de financiamento de capital de giro para empresas industriais. Entre

as diretrizes estratégicas, assumem especial importância aquelas que propõem uma alavancagem do uso de recursos do banco mediante uma atuação diversificada da instituição como garantidora e estruturadora de operações ou como coordenadora de processos de desestatização e fortalecimento do mercado de capitais, por meio de instrumentos como debêntures e fundos de participação.

De acordo com a proposta da CNI, esse programa emergencial poderia oferecer prazos de carência suficientes para equacionar a situação financeira das empresas elegíveis no curto prazo e dar condições de resposta elástica da produção no esperado ciclo de recuperação da economia. "A ideia é que esse programa seja implementado

o mais rápido possível", afirma Flávio Castelo Branco. Segundo ele, a crise de 2015/2016 encontrou a grande maioria das empresas industriais numa situação econômica fragilizada.

Após a obtenção de resultados positivos em 2010, ano em que a economia teve forte recuperação após a crise de 2008 e 2009, a indústria seguiu longo período de redução de margens, de rentabilidade e de investimentos. Houve, desde 2010, uma queda do lucro líquido em proporção do PIB, segundo dados calculados com base nos balanços consolidados de uma amostra que inclui todas as empresas abertas e um conjunto das maiores empresas fechadas da indústria de transformação (282 empresas no total, sendo 125 abertas e 157 fechadas).

LUCRO LÍQUIDO EM BAIXA (%)



Fonte: Financiamento de Capital de Giro para Empresas da Indústria de Transformação

Os custos dessa linha emergencial, alinhados com o *BNDES Progeren*, devem considerar, ainda, o porte das empresas, sem subsídios adicionais, e prazos de carência adequados em cada caso. Recebíveis de clientes, aplicações financeiras pré-existentes, imóveis e outros ativos podem ser usados como garantia do empréstimo. Só poderiam se candidatar a essa linha de crédito as empresas que tivessem capacidade de oferecer garantias. Os financiamentos seriam distribuídos de acordo com o tipo de operação.

Para empréstimos acima de R\$ 10 milhões, a operação seria feita diretamente com o BNDES. Haveria, ainda, operações indiretas por meio de bancos credenciados e uso de recursos do *BNDES Progeren* para aquisição de cotas subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).

A aquisição de cotas de FIDCs permite alavancar o volume de financiamentos feitos com a participação de recursos do BNDES, ampliando a concorrência no mercado de crédito e a oferta de financiamento às empresas industriais com custo financeiro inferior às operações tradicionais. Trata-se de uma indústria com regulação atualizada, com 1.600 séries de cotas de FIDCs emitidas em 15 anos, totalizando R\$ 86,7 bilhões de patrimônio líquido em 2016, distribuídos em 552 fundos ativos.

O risco dos recebíveis dados em garantia seria reduzido por meio do registro da duplicata e outros recebíveis na

Central de Registro de Direitos Creditórios (CRDC), empresa controlada pela Associação Comercial de São Paulo, com cobertura nacional e registro e depósito obrigatório de direitos creditórios recebidos em garantia por instituições financeiras (o que ainda aguarda regulamentação do Conselho Monetário Nacional). “É um programa emergencial, mas pode ser a base de um programa mais duradouro”, afirma Flávio Castelo Branco.

Para Bruno César Araújo, diretor-adjunto de Estudos Setoriais, de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ampliar o uso de garantias nos empréstimos de capital de giro é uma solução interessante. “O uso de recebíveis como garantia é fundamental. Uma reforma no atual sistema de garantias pode reduzir significativamente o custo do crédito no Brasil”, afirma ele.

Boa parte do *spread* (diferença entre o custo do empréstimo e o de captação do recurso) está na dificuldade de execução de garantias, diz Araújo. “O sistema de garantias no Brasil é tão ruim que, muitas vezes, a instituição financeira exige um fiador para conceder um empréstimo. É necessário, ainda, investir na gestão do risco de crédito, o que exige mudanças na legislação, que impõe muitas restrições”, opina o especialista do Ipea.

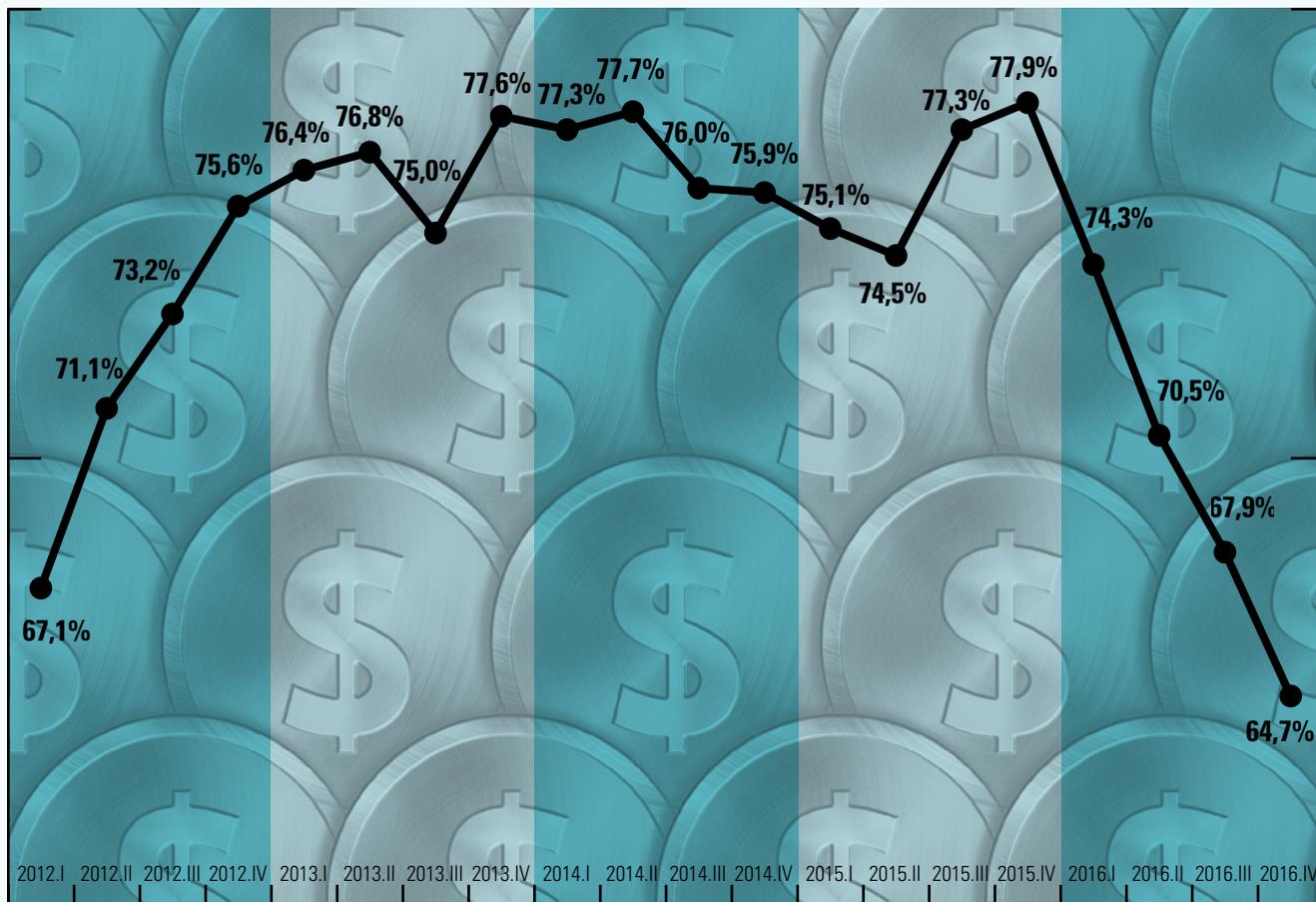
Ele lembra que a redução de juros feita pelo Banco Central neste ano, trazendo a taxa de juros para 10,25% ao ano (menor nível em três anos), já contribuiu para diminuir o custo dos financiamentos

para capital de giro. Mas Araújo alerta que o repasse da Selic para os empréstimos na ponta é muito demorado. “Uma queda consistente da taxa de juros precisa ter um certo lastro fiscal. O que a gente está vendo hoje é que a inflação está cedendo mais pela recessão do que pela taxa de juros”, diz o diretor-adjunto do Ipea.

De fato, a queda de demanda reduziu as vendas industriais e provocou maior dificuldade de geração de caixa, comprimindo a margem de lucro e elevando as despesas fixas gerais. Além disso, o custo de capital foi afetado pela elevação da taxa de juros, adotada pelo Banco Central para controlar a inflação, e pela desvalorização cambial. Assim, o endividamento das empresas industriais cresceu e, em diversos casos, aumentou também a necessidade de maior aporte de recursos para cobrir a deficiência da geração de caixa. Nesse cenário, a elevação da proporção de empresas com dificuldades financeiras aumentou a inadimplência e o risco de crédito.

O resultado dessa sucessão de desajustes foi a maior restrição de crédito por parte do sistema bancário e o aumento da aversão ao risco no mercado de dívida corporativa. Em 2016, o saldo de crédito bancário por unidade de valor adicionado na indústria de transformação caiu 13,2 pontos percentuais, de 77,9% para 64,7%. Tomando por base o ano de 2014, houve forte elevação de todos os indicadores de custo de capital em moeda nacional.

SEM CAIXA: CAI A RELAÇÃO ENTRE O ESTOQUE DE CRÉDITO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E O VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA (4 trimestres móveis)



● Estoque de Crédito/Valor Adicionado

Fonte: Financiamento de Capital de Giro para Empresas da Indústria de Transformação

O aumento das taxas de juros também foi observado nas operações do BNDES, cujos índices passaram de 7,3% ao ano, em 2014, para 11,8% anuais no primeiro trimestre de 2017, resultado da redução da oferta de financiamento com taxas subsidiadas. "Houve uma confluência muito ruim de fatores. Teve uma recessão que já dura muito tempo, pelo menos três anos, associada a problemas no mercado financeiro", avalia Bruno César Araújo, do Ipea.

Somando tudo, o resultado para as empresas foi uma queda de geração de caixa, o que pode comprometer a capacidade de a empresa cobrir dívidas financeiras. Além disso, a busca de equilíbrio de caixa no curto prazo pode conduzir à redução do emprego e da produção, aumentando a necessidade de captação de

recursos de sócios e acionistas e/ou elevar o endividamento, com aumento de dificuldades para sua recuperação.

Num cenário de maior restrição de crédito, as empresas jovens e pequenas sofrem mais, com poucas alternativas disponíveis e taxas de juros altas, avalia Paulo Henrique Vaz, professor de economia da Universidade Federal de Pernambuco. Se o objetivo é evitar maior número de falências, diz, pode ser estratégico adotar alguma política de incentivo para estimular maior oferta de capital de giro, aumentando o prazo de pagamento ou mesmo subsidiando esse tipo de crédito.

De acordo com o estudo, as vendas e a produção industrial tiveram queda mais intensa que o PIB, refletindo a maior elasticidade de demanda dos produtos

industriais. Enquanto o PIB registrou uma queda de 7,3% entre 2014 e 2016, no mesmo período, as vendas industriais no varejo ampliado caíram 16,6% e o PIB industrial registrou redução de 9,9%. Ou seja, as vendas e a produção industrial têm queda mais intensa que o PIB, refletindo a maior elasticidade de demanda dos produtos industriais.

A demanda de investimentos, que se transmite especialmente sobre as vendas de máquinas e equipamentos e da indústria de construção, tem apresentado redução muito maior que a demanda de bens de consumo. Desde março de 2014, início da recessão, até março de 2017, a média móvel de 12 meses do índice de produção da indústria de transformação apresentou queda de 19,1%.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL ESTABILIZA APÓS REDUÇÃO DE 19% ENTRE MARÇO/2014 E MARÇO/2017



● Produção Física Industrial IBGE (2012=100) ○ Média Móvel Anual - Indústria de Transformação

Fonte: Financiamento de Capital de Giro para Empresas da Indústria de Transformação

Em 2015, de acordo com o documento, foi realizada a correção dos preços de relevantes insumos de produtos industriais. Os preços dos derivados de petróleo e da energia elétrica, anteriormente contidos ou reduzidos artificialmente por decisões de natureza política, foram fortemente reajustados. Com isso, os preços administrados tiveram um salto da ordem de 18% nos doze meses encerrados em dezembro de 2015, refletindo a correção dos preços de derivados de petróleo e de energia elétrica.

“Nesse cenário de incertezas, os bancos se recolhem, tiram dinheiro do mercado e a vida do empresário fica mais complicada porque os bancos, além de não quererem correr o risco da inadimplência, com a alta taxa de juros, preferem emprestar para o governo, que é uma operação muito mais segura. Então as empresas acabam sendo punidas duas vezes, pelo lado da recessão e pelo lado financeiro”, avalia Bruno César Araújo.

As fortes oscilações da taxa de câmbio, como a elevação de 47% em 2015,

também tiveram impacto direto no valor da dívida e das despesas financeiras das empresas, parcialmente revertido em 2016 e 2017, conforme o estudo. As empresas industriais, comparadas aos demais setores, foram as mais impactadas pelo aumento da taxa de câmbio,

de 2015, pode-se observar que os recursos tomados no mercado internacional pelas empresas industriais representam mais da metade do seu exigível financeiro (52,9%), o que equivale quase ao dobro do observado nas empresas do comércio (27,8%) e dos serviços (27,2%).

Ainda segundo o estudo elaborado pela CNI, as empresas de menor porte, classificadas segundo o valor de sua Receita Operacional Bruta (ROB), apresentam situação financeira mais grave que a enfrentada pelas empresas maiores. Cerca de 75% das empresas de menor porte apresentam geração de caixa inferior às despesas financeiras, divididas da seguinte maneira: 75,9% nas pequenas empresas (ROB até R\$ 3,6 milhões) e 73,7%

nas médias de porte I (ROB de R\$ 3,6 milhões a R\$ 90 milhões). Esse percentual cai para 55% no caso das empresas médias de porte II (ROB de R\$ 90 milhões a R\$ 300 milhões) e se reduz a 40% nas empresas grandes (ROB acima de R\$ 300 milhões).

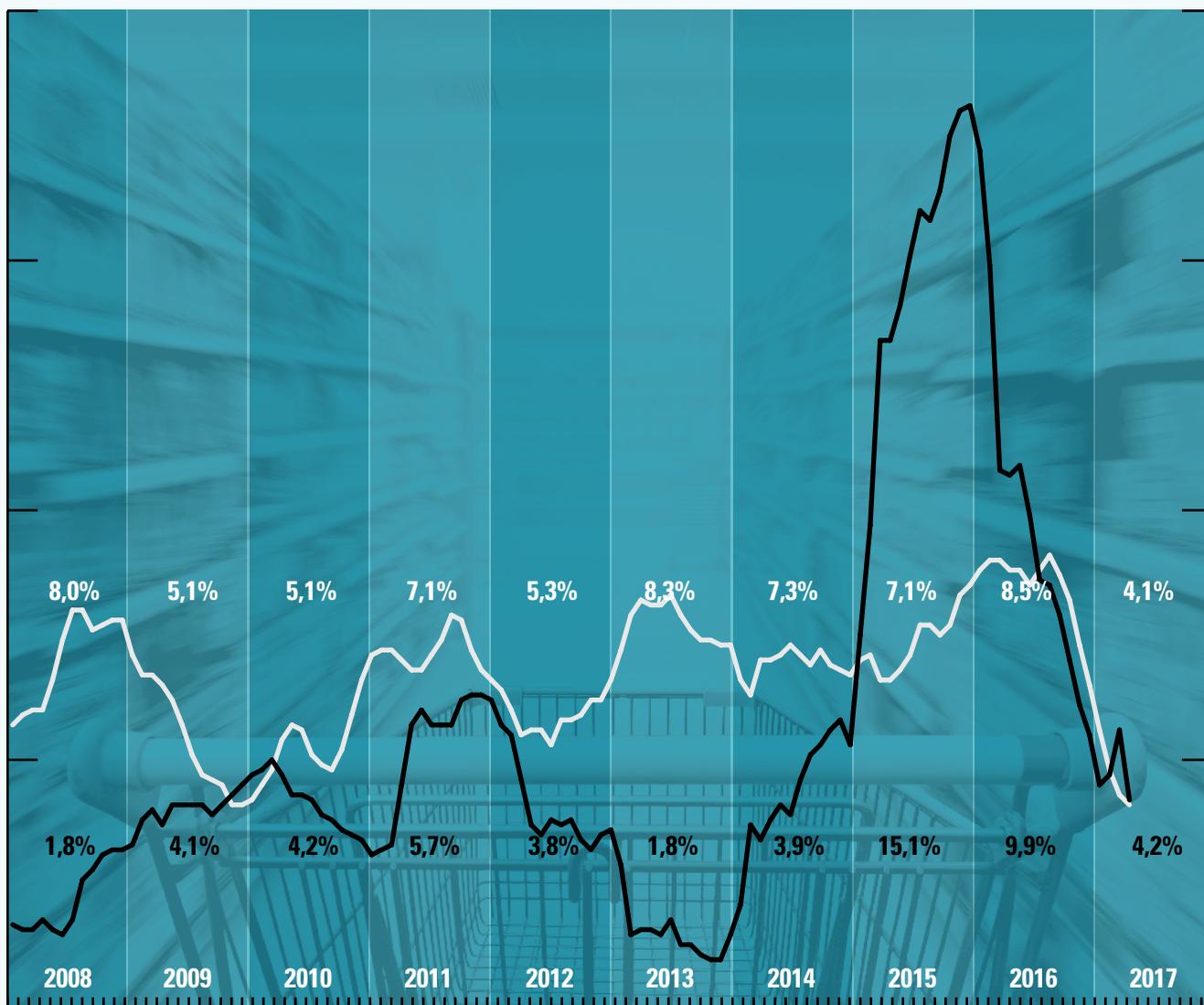
“Nesse cenário de incertezas, os bancos se recolhem e preferem emprestar para o governo, que é uma operação muito mais segura. Então as empresas acabam sendo punidas duas vezes, pelo lado da recessão e pelo lado financeiro.”

Bruno César Araújo, diretor-adjunto de Estudos Setoriais, de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

bio, em função da maior participação de operações indexadas à moeda estrangeira em seu exigível financeiro.

Quando se analisam os dados do balanço consolidado das empresas financeiras de capital aberto (exceto Petrobras e Vale), referentes a dezembro

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)



● IPCA dos preços administrados (variação em 12 meses) ○ IPCA dos preços livres (variação em 12 meses) Fonte: IBGE Elaboração: CNI

Com o objetivo de mostrar o resultado do programa emergencial, o estudo da CNI fez algumas simulações. A metodologia adotada para tal envolve o recálculo da relação EBITDA/Despesas Financeiras (DF) das empresas da amostra, na hipótese de redução de suas despesas financeiras proporcionalmente à redução de seu custo financeiro em relação às taxas do *BNDES Progeren*. Os critérios adotados para fazer essa simulação podem ser resumidos da seguinte forma:

1) Para as empresas com EBITDA negativo, a relação EBITDA/DF permanece a mesma; e

2) Para as empresas com EBITDA

positivo, recalcula-se as despesas financeiras efetivas por dívida x juros do *BNDES Progeren*, segundo o porte.

Caso a nova despesa financeira, calculada pelos juros do *BNDES Progeren*, seja maior do que a despesa financeira efetiva, na relação EBITDA/DF permanece a despesa financeira efetiva. No caso de a nova despesa financeira ser menor, recalcula-se a relação EBITDA/DF. A simulação do impacto do programa, que considerou algumas hipóteses em função do porte da empresa e do valor do financiamento, levou em conta uma amostra de 107 empresas de capital aberto e 674 empresas fechadas.

A simulação considerou, ainda, se a empresa teria garantias suficientes para cobrir o valor do empréstimo em três situações: 1) saldo da conta de clientes é igual ou superior à dívida de curto prazo; 2) a soma do saldo da conta de clientes com as disponibilidades pré-existent é igual ou superior à sua dívida de curto prazo; e 3) a soma do saldo da conta de clientes com disponibilidades e o imobilizado é igual ou superior à sua dívida de curto prazo. Com isso, o foco das simulações foi verificar o impacto do programa sobre as 225 empresas que apresentaram geração de caixa (EBITDA) positivo, mas inferior às despesas financeiras.

O exercício mostrou que as 143 empresas da amostra com geração negativa de caixa poderiam até ter redução de despesas financeiras, mas continuariam numa situação que requer outras soluções. As 413 empresas com geração de caixa superior às despesas financeiras já estão numa situação bem mais positiva, mas também podem se beneficiar da redução do seu custo de capital, na medida em que sejam elegíveis quanto à disponibilidade de garantias.

Até 54% das 225 empresas da amostra com EBITDA positivo conseguiriam reverter sua situação financeira com a redução de custos financeiros do programa emergencial, dependendo das garantias que forem oferecidas pelas empresas e aceitas pelos bancos repassadores ou pelos FIDCs. Dependendo da hipótese de garantia, seriam necessários recursos entre R\$ 9,2 bilhões e R\$ 34,5 bilhões para financiar as dívidas de curto prazo das empresas da amostra. Já os recursos para financiar todas as empresas nessa situação financeira ficariam entre R\$ 17,4 bilhões e R\$ 65,1 bilhões.

As análises e simulações elaboradas no estudo levaram a três conclusões. A primeira é que, no ano de 2016, a geração de caixa de cerca da metade das empresas da indústria de transformação foi inferior ao valor de suas despesas financeiras: as empresas da indústria de transformação sofreram forte impacto da crise, combinando redução de vendas e de geração de caixa, aumento de custos operacionais, impacto sobre custos financeiros, inclusive por terem a maior parcela da dívida indexada ao câmbio, e se defrontaram com forte restrição de crédito associado à elevação das taxas de juros.

Em segundo lugar, mesmo com a redução da taxa básica de juros (Selic), as projeções mostram que, ao final de 2017, mais de 40% dessas empresas ainda terão EBITDA menor que suas despesas

financeiras com a realização dos cenários de mercado, baixo crescimento do PIB e redução da taxa de juros. Mais de 40% das empresas da indústria de transformação ainda estarão em situação financeira difícil, com geração de caixa inferior às suas despesas financeiras.

Finalmente, o *Programa Emergencial de Financiamento de Capital de Giro* proposto usa uma combinação de recursos do Progeren do BNDES e de mercado, distribuído por bancos repassadores e FIDCs, sem subsídios adicionais, e pode permitir a recuperação da situação financeira de uma parcela considerável das empresas da indústria de transformação, que são potencialmente saudáveis, em

“O sistema financeiro no mundo inteiro explora o setor produtivo. Mas no Brasil é exagerado porque tem três ou quatro bancos. Tem é de aumentar a competição. Não é um problema localizado. É estrutural”

Antônio Carlos Teixeira Álvares, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).

benefício do emprego e de uma resposta positiva ao aumento de demanda proveniente da esperada recuperação.

Se o curto prazo exige um programa emergencial, como mostra o estudo da CNI, a solução para o médio e longo prazo passa pelo equilíbrio das contas públicas, o que inclui a aprovação da reforma da Previdência Social, segundo Bruno César Araújo. Para ele, será preciso, ainda, melhorar o sistema de garantia de crédito e adotar medidas de incentivo à adimplência. Mas nada disso terá muito efeito se não for resolvido o que ele classifica como disfuncionalidade do sistema de crédito brasileiro: ter sido montado para financiar o governo e, dessa maneira, concorrer com o setor produtivo.

Para ele, há dois problemas que às vezes as pessoas confundem: uma coisa é o acesso ao crédito e outra coisa é o preço do crédito. “Muitas vezes as pessoas acham que as duas coisas andam juntas e, em alguns momentos da história, realmente andaram. Acho que hoje, a maior parte dos problemas das empresas não é necessariamente no custo do crédito, mas do acesso, de o banco fechar a porta para ele”. Segundo Araújo, o governo poderia, de alguma forma, pensar num arranjo em que os bancos públicos fossem usados para prover acesso ao crédito, mas sem que isso precisasse ser necessariamente subsidiado.

O problema do financiamento de longo prazo no Brasil, segundo Antônio Carlos Teixeira Álvares, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), é a falta de competição no sistema financeiro, o que faz com que os juros sejam muito elevados. “A competição no sistema financeiro é difícil. O sistema financeiro no mundo inteiro explora o setor produtivo. Mas no Brasil é exagerado porque tem três ou quatro bancos. Tem é de aumentar a com-

petição. Não é um problema localizado. É estrutural”, afirma.

Na opinião de Paulo Henrique Vaz, da Universidade Federal de Pernambuco, também são necessárias reformas microeconômicas que promovam concorrência entre os bancos privados. “No entanto, outros fundamentos, como o próprio manejo da política fiscal, são importantes para reduzir permanentemente as taxas de juros no país. Afinal, enquanto os fundamentos não permitirem tal redução, vamos nos encontrar constantemente pressionados a solucionar os problemas de curto prazo, tratando o sintoma (taxa de juros alta) com benefícios fiscais custosos ao invés de tratar a doença em si”, diz o pesquisador.

A GRAVIDADE DA CRISE NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

O SETOR FOI MAIS PREJUDICADO COM O ENCOLHIMENTO DA ECONOMIA

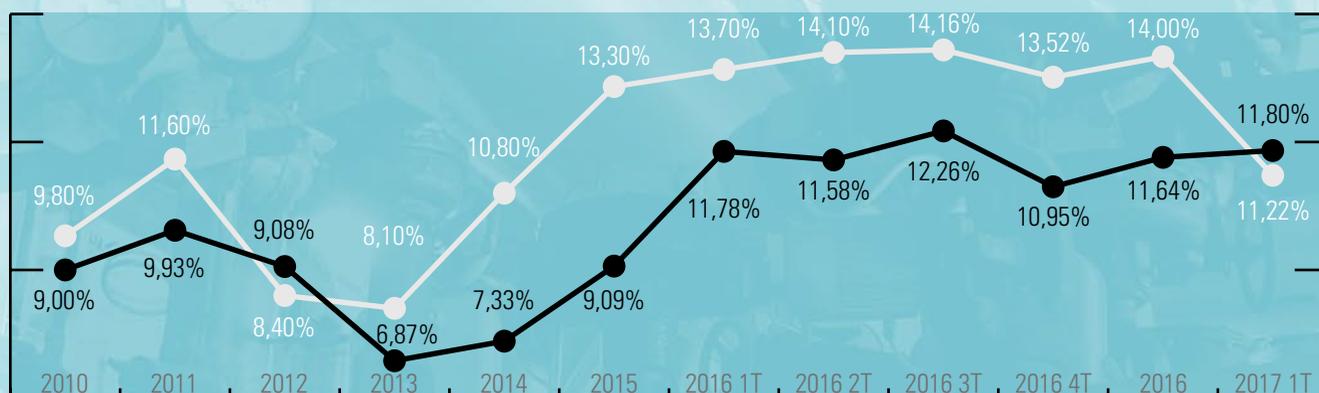
Taxas Anuais de Variação (%)



● PIB Real ○ PIB Industrial

Fonte: CNI

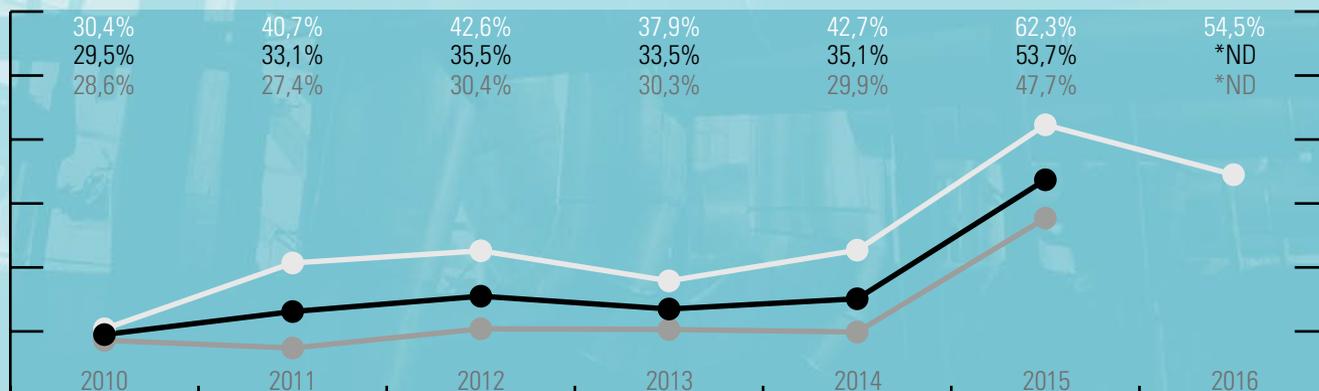
TAXAS DE JUROS ASFIXIAM O CAIXA DAS EMPRESAS



● Taxa BNDES ○ CDI Anual médio

Fonte: CNI

MAIS DA METADE DAS EMPRESAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO TEM GERAÇÃO DE CAIXA INFERIOR ÀS DESPESAS FINANCEIRAS (EBITDA/DF<1)



● Total de empresas exceto Petrobras ● Empresas abertas exceto Petrobras ○ Empresas fechadas

*ND: Não disponível

Fonte: CNI

A PROPOSTA PARA RESOLVER O PROBLEMA DO FINANCIAMENTO

ENTENDA A PROPOSTA DE PROGRAMA EMERGENCIAL *FINANCIAMENTO DE CAPITAL DE GIRO PARA EMPRESAS DA INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO*:



O valor do financiamento deve ser equivalente ao valor da dívida de curto prazo compreendendo, portanto, todas as parcelas vincendas de suas operações de dívida nos 12 meses posteriores à data de realização da operação;



O custo dos recursos deve ser alinhado com o do *BNDES Progeren*, por porte da empresa, sem subsídios adicionais;



Recebíveis de clientes, aplicações financeiras pré-existentes, imóveis e outros ativos poderão ser aceitos como garantias;



Os prazos de carência devem ser adequados a cada caso;



A distribuição do financiamento pode ser feita por operações diretas do BNDES, por operações indiretas via bancos credenciados e por Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), com destinação de recursos do *Progeren* para aquisição de parte das quotas subordinadas;



A mitigação de riscos dos recebíveis pode se dar por registro de duplicatas e outros recebíveis na Central de Registros de Direitos Creditórios (CRDC) da Associação Comercial de São Paulo, com cobertura nacional, ou por registro e depósito obrigatório de direitos creditórios recebidos em garantia por instituições financeiras; e



O prazo de vigência deve ser de 12 meses.

GOVERNO ESTÁ DESCUIDANDO DA SAÚDE DAS EMPRESAS

CARLOS ANTONIO ROCCA, DO IBMEC, DEFENDE QUE O GOVERNO FEDERAL DÊ AO PROBLEMA DE CAIXA DAS EMPRESAS A MESMA ATENÇÃO QUE VEM DANDO AO AJUSTE DAS CONTAS PÚBLICAS

A pesar do foco correto na preocupação com o ajuste fiscal, o governo deveria dar atenção equivalente aos problemas enfrentados pelo setor produtivo, no qual parte importante das empresas não consegue gerar receita suficiente para o pagamento de juros. A opinião é de Carlos Antonio Rocca, diretor do Centro de Estudos do Instituto IBMEC. “O grande desafio é realmente a questão do capital de giro e a gestão financeira das empresas endividadas e com problemas de cobrir o custo financeiro”, afirma o especialista.

Como o senhor avalia a redução da oferta de capital de giro para o setor produtivo?

Com a recessão de 2015 e 2016, começou a aumentar a proporção de empresas inadimplentes. E o que fez o sistema bancário? Começou a aplicar restrições à concessão de crédito para se defender da inadimplência. Com isso, houve uma

restrição na oferta de capital de giro e de financiamento em geral. No caso do capital de giro, houve uma queda muito forte. Foram mais de 20% em termos nominais na queda do estoque de capital de giro nesse período. Isso gerou uma combinação muito complexa: as empresas ficaram com dificuldade de geração de caixa até para cobrir despesas financeiras, com endividamento elevado e com restrição de crédito e capital de giro.

Os dados de 2017 permitem avaliar se esse período foi superado?

Tem sido um período muito difícil, que não está totalmente superado. Essa situação afeta, ainda, uma parcela muito significativa de empresas. Numa amostra de cerca de 900 empresas da indústria de transformação com capital aberto e algumas de capital fechado, a última estimativa que temos, com base em dados de 2016, indica que algo como 45% das empresas tendo problemas de

geração de caixa e, portanto, de pagamento de despesas financeiras. Isso justificaria uma preocupação das políticas públicas. Toda a preocupação recente, justificadamente, tem focado na questão do ajuste fiscal, que é uma condição necessária e essencial para que o país crie condições para reduzir a taxa de juros real e retome o crescimento. Mas, ao mesmo tempo, talvez não se tenha dado uma importância equivalente ao desafio enfrentado pelo setor produtivo.

Como assim?

Porque a indústria vem de um período anterior também muito difícil, especialmente a partir de 2011 e 2012, quando tivemos uma redução muito forte do índice de rentabilidade da indústria. Os números mostram que houve uma queda muito grande de rentabilidade e do volume de investimentos. E quando buscamos a origem desse problema, podemos verificar que está, basicamente, no



Rocca diz que o BNDES tem linhas de crédito que poderiam ser mais bem utilizadas

fato de a indústria não conseguir transferir para os preços de venda o aumento de custo que teve. A indústria tem enfrentado um desafio de queda forte de vendas, com grande aumento de custos financeiros depois de vários anos seguidos de perda de rentabilidade. A exceção são empresas beneficiadas pela virada do câmbio, que ofereceu melhores condições de exportação.

O senhor falou que esse problema todo ainda não está totalmente superado...

Não está. Houve algum avanço, mas uma parcela considerável desse avanço acabou se concentrando nas empresas maiores, com maiores dívidas, por meio da renegociação com os bancos. Claro, os bancos acabam dando prioridade à renegociação das empresas com dívidas muito elevadas. Até porque a renegociação do varejo, das dívidas das pequenas e médias empresas,

acaba sendo difícil de ser administrada e tem alto custo.

O que pode ser feito para superar esse problema?

A queda nas taxas de juros já provocou uma redução no custo do crédito bancário, mas ainda muito tênue. O grande desafio é, realmente, a questão do capital de giro e a gestão financeira das empresas endividadas e com problemas de cobrir o custo financeiro. Eventualmente se poderia examinar a possibilidade de um programa especial, da mesma forma que assistimos, em países desenvolvidos, um grande número de ações emergenciais para moderar os problemas do setor privado. E não estou falando aqui de subsídios. A nova política operacional do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que entrou em vigor no dia 3 de abril, começou a admitir recebíveis como garantia. Essa é uma mudança muito importante.

Por quê?

Temos, no Brasil, muitos casos de empresas que teriam condições de oferecer recebíveis de curto prazo e ativos como garantia para operações de capital de giro. E o próprio BNDES tem algumas linhas que poderiam ser usadas por meio do sistema bancário. Há, ainda, a própria indústria dos fundos de direito creditório. Temos, hoje, diversas iniciativas com o objetivo de mitigar riscos por meio do registro de duplicatas, por exemplo. Esse me parece um caminho importante para ser examinado. Existe aí uma oportunidade de fazer um programa de ampliação da oferta de crédito para as empresas. Lógico que tem vários detalhes mas, de um modo geral, o problema não é falta de recursos. Há, de um lado, um grande volume de recursos e de outro um grande número de empresas precisando de financiamento de capital de giro. O que a gente tem de fazer é criar as pontes entre os recursos que existem, de um lado, e a demanda de crédito, do outro.



Foto: Divulgação

CNI PROMOVE SEMINÁRIO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) realizaram, em São Paulo, o *1º Seminário de Propriedade Intelectual*. O evento reuniu especialistas que discutiram caminhos para o Brasil aperfeiçoar o sistema de proteção ao conhecimento e se beneficiar de acordos bi e multilaterais. Debateu-se, também, medidas recentes para tornar o sistema brasileiro de propriedade industrial mais eficiente, o uso da proteção ao conhecimento por brasileiros no exterior, a indústria criativa e o futuro da propriedade intelectual.

BNDES QUER TRIPLICAR CRÉDITO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pretende triplicar o valor dos empréstimos para capital de giro de pequenas e médias empresas no segundo semestre deste ano. Para isso, fez um convênio com a CNI, que indicará empresas que possam ser atendidas pelas linhas de crédito. Pelos critérios do BNDES, são consideradas de pequeno e médio porte empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões. A ideia é aumentar os desembolsos, que hoje são de pouco mais de R\$ 4 bilhões por ano, para cerca de R\$ 12 bilhões.



Foto: Shutterstock.com



Foto: José Paulo Lacerda / CNI

FÓRUM IEL DEBATE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS INOVADORES

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) promoveu, em junho, em São Paulo, o *Fórum IEL Profissionais Inovadores*, que reuniu mais de mil jovens estudantes e empreendedores. O objetivo foi, além de estreitar relações entre o IEL e a academia, debater com coordenadores de instituições de ensino superior a atualização de cursos voltados à preparação de profissionais do futuro. Para o diretor da CNI em São Paulo e do IEL-SP, Carlos Alberto Pires, o fórum “é uma boa oportunidade para o jovem se informar sobre o que esperar das carreiras nesse ambiente de inovação”.



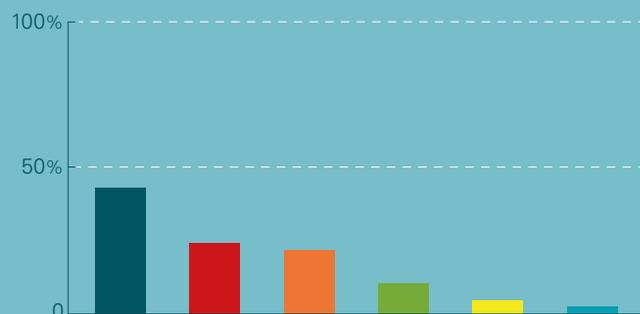
SERVIÇOS CNI PARA AJUDAR AS EMPRESAS A EXPORTAREM

A Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), presente em todas as federações estaduais de indústrias e coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), oferece um menu de serviços para atender às necessidades de empresas em diferentes estágios de internacionalização. O portfólio contempla desde a preparação de empresas que nunca atuaram no comércio internacional até experientes exportadoras, em busca de novos parceiros comerciais e investimentos. Os interessados podem encontrar mais informações no portal da CNI.

INOVAÇÃO É FOCO DE INVESTIMENTOS DAS GRANDES INDÚSTRIAS EM 2017

Principal objetivo do investimento das indústrias

Percentual (%) do total de empresas que pretendem investir



38%
Melhoria do processo produtivo atual

23%
Introdução de novos produtos

21%
Aumento da capacidade da linha atual

12%
Manutenção da capacidade produtiva

4%
Introdução de novos processos produtivos

2% Outros

Pesquisa da CNI com 584 indústrias de grande porte mostra que quase dois terços das empresas entrevistadas pretendem investir em novos processos produtivos ou no desenvolvimento de produtos. Devido à crise econômica, há elevada ociosidade nas fábricas, sendo preciso inovar. A inovação melhora a qualidade e aumenta as chances dos produtos brasileiros competirem com os estrangeiros nos mercados interno e externo, trazendo ganhos importantes para empresários e consumidores.





SANEAMENTO NA PAUTA DO CONGRESSO

PARLAMENTARES ANALISAM PROJETOS PARA ALAVANCAR
INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO, UM DOS SEGMENTOS
DE INFRAESTRUTURA COM MAIOR DÉFICIT NO BRASIL



Estudo do Instituto Trata Brasil com os 100 municípios mais populosos do país mostra que apenas metade da população brasileira tem acesso à rede de esgoto e somente 42% dos dejetos são tratados

O Senado analisa uma série de projetos que tem como objetivo garantir acesso ao saneamento básico. Um exemplo é a proposta recentemente aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que concede créditos tributários às empresas que aumentarem os investimentos em saneamento básico (PLS 52/2017). Para impulsionar os investimentos do setor, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende a consolidação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB), um incentivo tributário, que está em discussão tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

As propostas que aprimoram o REISB são o PLS 52/2017, do senador José Serra (PSDB-SP), e o PLC 7776/17, do deputado federal João Paulo Papa (PSDB-SP). Os dois projetos criam incentivos tributários de Pis/Cofins para investimentos em saneamento básico, corrigindo o veto presidencial à lei ocorrido em agosto de 2016.

O projeto de José Serra foi aprovado pela CAS do Senado Federal no dia 6 de junho e deverá ser apreciado pelo plenário daquela Casa no segundo semestre deste ano. Já a proposição de João Paulo Papa aguarda designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados.

Caso aprovada pelo Congresso Nacional, a proposta do senador pode elevar, em até 20% ao ano, o investimento na expansão de serviços de abastecimento de água, de coleta e tratamento

de esgoto e em projetos para redução de perdas operacionais nas redes de distribuição.

“Há uma renúncia fiscal, sim, mas é para um gasto de alta qualidade por seu benefício socioeconômico, ao reduzir a pressão sobre a saúde pública e ao movimentar a economia”, explicou José Serra.

Para João Paulo Papa, a situação do saneamento no Brasil é preocupante, o que torna necessário recorrer a novos instrumentos que impulsionem o setor.

“Mais da metade dos brasileiros não tem acesso à mais elementar das estruturas (de serviços). Essa realidade impõe nova visão e estratégia para alavancagem de investimentos, buscando formas de incentivar companhias estaduais a ampliarem os seus investimentos”, afirmou.

Para a CNI, a aprovação de um desses projetos que efetiva o REISB é primordial para aumentar os investimentos no setor, que estão abaixo do necessário, para universalizar a coleta e o tratamento de esgoto até 2033, conforme estabelecido no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). No ritmo atual de investimentos, essa meta só será alcançada em 2054.

“Há uma grande falta de recursos para expandir a infraestrutura de saneamento básico. É preciso criar um mecanismo que impulsiona os projetos, que vão melhorar a saúde da população e movimentar a economia”, avalia Paulo Afonso Ferreira, presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI.

INJEÇÃO DE ÂNIMO AO SETOR PRIVADO

PARA O SENADOR JOSÉ SERRA (PSDB-SP), NOVOS INVESTIMENTOS NO SANEAMENTO BÁSICO PODEM AJUDAR A RECUPERAR O OTIMISMO DOS EMPRESÁRIOS EM MEIO À CRISE ECONÔMICA E CONSTRUIR BASES MAIS SÓLIDAS PARA UMA NOVA ETAPA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Estimular o investimento em saneamento básico pode dar uma injeção de ânimo no setor, segmento da infraestrutura brasileira com maior déficit e desafio para expansão. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 52/2017, de autoria do senador tucano José Serra, permite o recebimento de créditos das contribuições do Pis/Pasep e Cofins por parte das empresas que aumentarem seus investimentos em saneamento básico. Nesta entrevista, o senador por São Paulo destaca os benefícios sociais, ambientais e econômicos de estimular o aumento do volume de investimentos de empresas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB).

De que forma o PLS nº 52/2017 pode amenizar o atraso no cumprimento das metas de saneamento no país?
Hoje, o PLS nº 52/2017 aumentaria, em 20%, o investimento em saneamento

básico com a expansão de serviços de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto e em projetos para redução de perdas operacionais nas redes de distribuição. O texto aprovado permite às empresas de saneamento descontar do valor devido do Pis/Pasep e Cofins, nos cinco anos subsequentes à aprovação da lei, créditos relativos a investimentos adicionais realizados no setor, em comparação ao período de 2011 a 2015. Já seria um caminho. Não é tudo que é necessário, mas ajudaria, daria um bom empurrão. Sem o benefício fiscal, não há estímulo para que as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico aumentem seu volume de investimentos e realizem melhorias voltadas à sustentabilidade e à eficiência. Caso a matéria seja aprovada no Congresso e sancionada, as empresas vão ter que fazer os projetos [de obras de saneamento básico]. A expectativa, então, é começar numa velocidade

menor. Depois, em um ano, o REISB estará operando na sua plenitude.

Qual a expectativa de aprovação do projeto de lei pelo Congresso Nacional?

É muito boa. No Senado, já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no dia 6 de junho. Deve ser aprovado ainda este mês no Plenário [do Senado Federal]. Depois vai para a Câmara, onde o deputado João Paulo Papa (PSDB-SP) está trabalhando no mesmo tema. A minha esperança é que ande depressa e em agosto a gente já tenha o projeto aprovado.

Em agosto do ano passado, o presidente Temer vetou exatamente o trecho do projeto que previa benefícios fiscais às empresas que investissem em saneamento. O senhor teme outro veto?

Tenho impressão de que não haverá veto. Mas se houver, a gente examina e pode



Maior investimento em saneamento básico representa qualidade de vida para os brasileiros, diz Serra

derrubar, eventualmente. Não estou dizendo que prefiro que isso aconteça mas, se acontecer, temos que estar prevenidos.

Há alguma articulação junto ao Palácio do Planalto para evitar um eventual veto?

Por enquanto, aguardo a aprovação. Não convém antecipar qualquer movimento. O Congresso aprovando, aí já é outra situação.

Como tem sido a sinalização do Congresso quanto à aprovação do tema?

O líder do governo no Senado, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), apoiou o projeto, apesar da área econômica ter feito críticas.

Qual a dificuldade maior no convencimento dos parlamentares?

A dificuldade para o projeto é que, muitas vezes, a área econômica, que

nesse caso se aplica, não quer aumento de gastos por causa do déficit público e tudo o mais. Só que é um montante muito pequeno, R\$ 2,5 bi, para as finanças federais. É um investimento que tem retorno, que vai pagar salário, comprar máquina, insumos etc. Gera emprego em outros setores e tributos também. O benefício social é imenso e tem que se considerar isso. Traz inclusive outro tipo de fator que é a valorização de imóveis, sobretudo para pessoas de baixa renda que moram nesses lugares. Haverá economia de gastos em saúde pública. Você tem dezenas de milhares de internações que são feitas por infecções que provêm da falta de saneamento. É fundamental para a população brasileira um salto nos investimentos em saneamento básico, tendo em vista os aspectos positivos que provocará na qualidade de vida das pessoas em razão do inequívoco impacto na saúde.

Quais os principais impactos do REISB para o setor produtivo?

A matéria pode dar uma injeção de ânimo no setor de saneamento básico — o segmento da infraestrutura brasileira com maior déficit e desafio para expansão. Caso a proposição seja aprovada pelo Congresso Nacional, pode elevar em até 20% ao ano o investimento na expansão de serviços de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto e em projetos para redução de perdas operacionais nas redes de distribuição. Além disso, estudos mostram que, para cada R\$ 1 bilhão investido no setor de saneamento, são gerados R\$ 3,1 bilhões de acréscimo no valor bruto da produção total (R\$ 1,8 bilhão de impactos diretos e indiretos e R\$ 1,3 bilhão de efeito-renda); 58,2 mil empregos (33,3 mil da produção direta e indireta e 24,9 mil pelo impacto sobre o consumo das famílias); R\$ 545 milhões de crescimento da massa salarial; e R\$ 216 milhões de aumento da arrecadação de impostos.

INOVAR PARA ACOMPANHAR O NOVO MUNDO

O PRESENTE E O FUTURO DA INDÚSTRIA, SOBRETUDO EM MEIO ÀS INOVAÇÕES DISRUPTIVAS, FORAM O EIXO DAS DISCUSSÕES DO 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA, REALIZADO EM SÃO PAULO

Evento também acolheu, pela primeira vez no Brasil, o Fórum Internacional do Índice Global de Inovação



CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

PARCEIROS

DE INOVAÇÃO

ACHÉ

EMERAPI

Inovar é criar valor. Esse foi o tema do 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, que reuniu 70 palestrantes e cerca de 3 mil pessoas no Transamérica Expo Center, em São Paulo, nos dias 27 e 28 de junho. “O fio condutor das discussões foi o impacto das inovações disruptivas no Brasil e as principais tendências no mundo ligadas às tecnologias digitais”, diz Gianna Sagazio, diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade promoveu o evento em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Um dos principais palestrantes do congresso, Peter Diamandis, fundador e presidente do Conselho da XPRIZE Foundation e cofundador e presidente da Singularity University, falou sobre o empreendedorismo exponencial. Para ele, o mundo está mudando devido às ferramentas e tecnologias que permitem maior capacidade de comunicação, poder computacional, inteligência artificial e robótica. Hoje, segundo Diamandis, os indivíduos podem solucionar problemas antes restritos a governos e grandes corporações.

Também foram palestrantes Colin Parris, vice-presidente da GE Corporate Global Research, que participou do painel sobre os riscos e as oportunidades para o Brasil diante de inovações disruptivas; Peter Post, vice-presidente de Pesquisa Aplicada da Festo AG & Co. KG; Lisa Gallo, vice-presidente global de desenvolvimento de produtos e processos, design de produtos e serviços operacionais da Avon; e o brasileiro Henrique Malvar, cientista-chefe da Microsoft, que falou sobre armazenamentos nas nuvens.

Durante o congresso, foram apresentados exemplos de inovação de 22 empresas brasileiras de pequeno, médio e grande porte. Os *cases* de empresas que se distinguem em um mercado extremamente competitivo ilustraram

a importância estratégica da inovação para a indústria.

“A inovação é importante para ampliar nossa capacidade de competir, mas também traz bem estar e qualidade de vida para a população”, destaca o professor João Carlos Ferraz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que conduz, para a CNI, uma pesquisa sobre como as inovações disruptivas transformam os sistemas produtivos. Segundo ele, essas inovações não vão surgir do dia para a noite. “Elas virão gradualmente e todos aqueles que não as adotarem poderão sofrer”, diz. Uma tecnologia disruptiva é qualquer inovação que cria um mercado e abala outro já existente.

Ferraz afirma que as ferramentas de tecnologia da informação e comunicação

O ranking examinou dezenas de critérios para avaliar a performance de 127 países. Mesmo sendo a maior economia da América Latina e do Caribe, o Brasil ocupa apenas a 7ª posição no ranking regional, que tem 18 países. O Chile encabeça a lista como a nação mais inovadora da região. Pelo sétimo ano seguido, a Suíça aparece como a líder mundial em inovação. Suécia, Países Baixos, Estados Unidos e Reino Unido completam os cinco primeiros lugares da classificação.

O Brasil ficou atrás de vários vizinhos latinos no ranking regional. Na América Latina e no Caribe, o país mais bem colocado é o Chile (46º), seguido por Costa Rica (53º), México (58º), Panamá (63º), Colômbia (65º) e Uruguai (67º). “O Brasil não está bem. Caímos 26 posições nos últimos seis anos, mas a realização do evento aqui no país ajuda a chamar a atenção para o tema de inovação”, destaca Gianna Sagazio.

De acordo com o documento, “as classificações do Índice Global de Inovação desta região não registraram progressos significativos, relativamente a outras regiões, no decorrer dos últimos anos, e nenhum país da América Latina e do Caribe mostra, atualmente, desempenho notável em matéria de inovação, levando em conta o seu nível de desenvolvimento”.

“Sem inovação não estaremos no mapa do mundo novo que vem por aí”, afirma Gianna. Segundo ela, um fator fundamental para estimular a inovação no Brasil é a melhoria da qualidade da educação no ensino fundamental e médio, tema já destacado pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). Outro ponto importante no qual o setor público pode ajudar, segundo a diretora da CNI, é o planejamento de longo prazo para ciência, tecnologia e inovação, com políticas públicas que deem prioridade à inovação e à competitividade.

“Sem inovação não estaremos no mapa do mundo novo que vem por aí”

Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI

disponíveis permitem ao empresário industrial produzir de acordo com a demanda (a partir do conhecimento dos desejos dos consumidores) e não mais pela oferta (com base no que se acredita que o consumidor quer). “A batalha pela inovação é longa e o que vemos hoje é um crescente interesse sobre o tema, principalmente por parte do empresário, que é o protagonista”, diz o professor.

RANKING - Paralelamente ao congresso, também ocorreu, pela primeira vez no Brasil, o Fórum Internacional do Índice Global de Inovação, ranking de desempenho em inovação divulgado no dia 15 de junho, na Suíça, pela Universidade Cornell, pela escola de negócios Insead e pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi). O Brasil não melhorou seu desempenho em inovação e manteve a 69ª colocação obtida no índice anterior.

O RANKING DOS PAÍSES MAIS INOVADORES

1º		Suíça	14º		Japão
2º		Suécia	15º		França
3º		Países Baixos	16º		Hong Kong
4º		Estados Unidos	17º		Israel
5º		Reino Unido	18º		Canadá
6º		Dinamarca	19º		Noruega
7º		Singapura	20º		Áustria
8º		Finlândia	21º		Nova Zelândia
9º		Alemanha	22º		China
10º		Irlanda	23º		Austrália
11º		Coreia do Sul	46º		Chile
12º		Luxemburgo	58º		México
13º		Islândia	69º		Brasil

Fonte: Índice Global de Inovação

CONGRESSO DE INOVAÇÃO ALIA BRASIL E EUA

DEBORAH WINCE-SMITH PARTICIPOU DO *CONGRESSO BRASILEIRO DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA* E FALOU SOBRE COOPERAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA E ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

No atual momento, com uma economia cada vez mais rápida, globalizada e competitiva, “ou você inova ou abdica de seu potencial produtivo”, afirma Deborah Wince-Smith, presidente e CEO do Conselho de Competitividade dos Estados Unidos, que foi uma das palestrantes do *7º Congresso Brasileiro de Inovação*. Fundada em 1986, essa coalizão de CEOs, presidentes de universidades e líderes sindicais desenvolve soluções de políticas públicas viáveis para tornar os Estados Unidos mais competitivos no mercado global.

Com o avanço da tecnologia em múltiplas direções, qual é o papel dos governos para estimular a inovação nesse novo estágio de desenvolvimento da sociedade?

Governos no mundo todo têm um papel fundamental no desenvolvimento das tecnologias. Primeiro, apoiam investimentos necessários para pesquisas

básicas e desenvolvimentos a longo prazo. Investimentos que nenhuma companhia ou mesmo empresa pode fazer para criar uma semente que gerará lucros para futuras inovações. Segundo, governos têm o papel fundador de desenvolver a base do talento humano que direciona qualquer base de inovação econômica. Afinal, pessoas inovam. E terceiro, governos criam infraestruturas subjacentes a bases tecnológicas inovadoras, desde padrões globais relevantes até a proteção dos direitos de propriedades intelectuais para a construção dos instrumentos de inovação em larga escala. Tudo isso é a “infraestrutura nacional de inovação compartilhada”, na qual o setor privado constrói as companhias e indústrias inovadoras que conduzem produtividade e prosperidade a longo prazo.

Você disse, algumas vezes, que a produção industrial tem que ser observada por meio da cadeia de

valores: pesquisas, fornecedores e produção. Qual é o papel da indústria nesse mundo digital?

A produção industrial avançada é um ecossistema global, intenso inovador e não-linear. Uma tapeçaria digital combina conceituação, design e análise através da modelagem, simulação e impressão 3D, por exemplo. Mas o futuro da indústria não é só digital. Na verdade, a fusão do digital, biotecnológico, nano tecnológico e das revoluções cognitivas está desencadeando uma nova era de conhecimento sem precedentes, sem poder tecnológico paralelo. Tudo remodelando o que a fabricação e a produção vão ser. Um dos papéis da indústria é buscar uma inovação constante.

Em uma entrevista em 2015, você disse que aqueles que perdem sua capacidade industrial podem perder a próxima geração de inovação. Nesse sentido, quais seriam os



Deborah considera que parcerias público-privadas são uma solução promissora para os desafios globais

papéis do setor público e do setor privado no Brasil?

Ultimamente, o setor privado inova. Aquelas companhias e firmas que desvinculam seu engajamento fundamental em pesquisas e desenvolvimentos das suas capacidades de produção logo vão se achar sem a capacidade para inovar e criar a próxima geração de valores e riquezas. Nessa economia sempre mais rápida, globalizada e competitiva, ou você inova ou abdica de seu potencial produtivo. Ultimamente, essa responsabilidade repousa no setor privado.

Mas há espaço para ações coordenadas dos setores público e privado?

Os grandes desafios globais que as sociedades vêm enfrentado – desde mudanças de clima, otimização de energia, comida, água, até resolução de ameaças cibernéticas em todo o mundo – abrem

definitivamente mais espaço e um papel importante para as parcerias público-privadas. O setor público pode criar o ambiente para o setor privado ter sucesso, com regulamentações inteligentes, regimes fiscais adequados, proteção dos direitos de propriedade intelectual, além de manter um sistema educacional adequado para o desenvolvimento da força de trabalho.

Quais os resultados de cooperações entre o Conselho de Competitividade dos Estados Unidos e do Brasil?

O Conselho de Competitividade tem orgulho dos mais de 10 anos de parceria de inovação e da participação de lideranças dos setores privado e público em todo o Brasil, mais recentemente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Essa é a segunda vez que participamos do Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria e a nossa delegação de líderes de indústrias dos Estados

Unidos, universidades e de laboratórios nacionais continua a trabalhar conosco para identificar parcerias e oportunidades de co-investimentos entre as maiores empresas do hemisfério ocidental. Essa parceria também incluiu mais de 15 laboratórios de aprendizado em inovação e três conferências de inovação com participação de CEOs dos Estados Unidos e do Brasil. Nossa 4ª conferência está prevista para 21 de setembro, na Universidade da Califórnia, em San Diego. Todas essas atividades têm permitido um alcance de colaborações entre entidades de ambas as nações, assim como inspirado os esforços dos nossos próprios governos. Nossa esperança é que esse congresso em São Paulo, junto com a conferência prevista para setembro em San Diego, crie um diálogo crítico dirigido pelo setor privado para os próximos estágios de parcerias baseadas em inovação entre os Estados Unidos e o Brasil.



*Entrada do Brasil na OCDE
permitirá adoção de melhores
práticas internacionais de mercado*

BRASIL QUER ENTRAR NA OCDE

INGRESSO NA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MODERNIZARIA O MERCADO
BRASILEIRO, TORNANDO-O MAIS ATRAENTE AOS INVESTIDORES



Foto: Julien Daniel / OECD

No final de maio, o governo brasileiro formalizou pedido para aderir à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esse é o último passo do rito para tentar entrar no restrito “Clube dos Ricos”. A adesão do Brasil traria instrumentos adicionais para modernizar o país, melhoraria o ambiente de negócios para os investidores e representaria importantes ganhos estratégicos.

Na avaliação da entidade, o Brasil é o país não membro com o qual há maior cooperação, sendo também um dos mais ativos entre os parceiros da organização. Por esse motivo, sua adesão é bem vista, mas a tarefa não é fácil. O pleito precisará ser aceito, por unanimidade, pelos 35 países da organização. Se aprovado, tornar-se-á oficialmente candidato à adesão. Ainda não há data para que o Conselho da OCDE se pronuncie sobre o pedido.

Para o diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes, caso o pedido brasileiro seja aceito, abre-se a oportunidade para troca de experiências

e aprimoramento de políticas públicas. “É um processo que deve levar três anos para ser concluído. A OCDE vai fazer um diagnóstico 360 graus do Brasil. Caso sejamos aceitos, é como ingressar numa escola de governo e de melhores práticas em políticas públicas”, comenta.

A entrada na organização implicaria mudanças nas leis brasileiras para cumprir regras mais sofisticadas em termos de concorrência, transparência e tributação. Além disso, permitiria ao governo participar da elaboração de pesquisas sobre políticas públicas no marco da OCDE, ampliar a troca de experiências e a divulgação de práticas brasileiras bem-sucedidas e ainda fortaleceria segmentos políticos que querem modernizar o país.

Para investidores estrangeiros, significaria um selo de qualidade nas políticas públicas brasileiras, o que sinalizaria a disposição do Brasil de retomada da normalidade institucional.

Se aprovado pelo Conselho da OCDE, o Brasil será o único país a fazer parte do grupo BRICS – Brasil, Rússia, Índia,

China e África do Sul – e dessa organização, simultaneamente. A adesão permitirá o privilégio ao governo brasileiro de participar da formulação de temas e conceitos em ambos os grupos, que muitas vezes prenunciam futuras negociações internacionais.

Desde 1994, o Brasil acompanha as atividades da OCDE e, em 2007, foi convidado a um “engajamento ampliado” para uma possível entrada na organização. O país é considerado um “parceiro-chave” e já adotou 31 instrumentos legais da organização, entre eles a Convenção sobre o Combate à Corrupção de agentes públicos estrangeiros em negócios internacionais e as regras para o movimento de capitais.

Formada por 35 países-membros, a OCDE, criada em 1961 e com sede em Paris, reúne economias desenvolvidas, como Estados Unidos, Japão e países da União Europeia, sendo vista como um “clube dos ricos”, apesar do ingresso de vários emergentes. Chile e México são os únicos representantes da América Latina.

Acordo com México é prioritário e pode avançar depois de meses em compasso de espera, com efeitos sobretudo para o setor automotivo



AVANÇAM ACORDOS DO BRASIL COM MÉXICO E ARGENTINA

ALÉM DOS DOIS MERCADOS, A CNI ACOMPANHA TAMBÉM AS NEGOCIAÇÕES DE ACORDOS INTERNACIONAIS QUE PODERÃO BENEFICIAR O SETOR PRODUTIVO BRASILEIRO JUNTO À UNIÃO EUROPEIA E AO MERCOSUL

A (CNI) acompanha as negociações de acordos internacionais que podem beneficiar o setor produtivo brasileiro, como as tratativas Brasil-México, Brasil-Argentina e União Europeia-Mercosul.

Brasil e México retomaram, este ano, as negociações paralisadas no ano passado. O objetivo é ampliar a lista de produtos isentos de tarifas no comércio entre os dois países e facilitar e dinamizar o intercâmbio de mercadorias, principalmente do setor automotivo. Estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que, com um acordo, as vendas industriais brasileiras para o México poderiam aumentar em 40%. Parcerias dessa natureza ajudam o Brasil em sua recuperação econômica e, para o México, podem reduzir sua dependência dos Estados Unidos.

Para a gerente-executiva de Negócios Internacionais da CNI, Soraya Rosar, o cenário é favorável ao Brasil. “O

presidente Donald Trump anunciou que vai rever o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), levando o México a buscar alternativas. Uma ótima oportunidade para o Brasil”, avalia.

Já as negociações União Europeia-Mercosul se arrastam há 20 anos. Houve um avanço recente, com uma reunião entre negociadores dos dois blocos em Buenos Aires (Argentina), em maio.

A expectativa dos países que integram o Mercosul é que haja um entendimento sobre isso ainda em 2017, ao menos no que diz respeito ao marco político do eventual tratado. Na segunda quinzena de julho, uma comitiva da CNI vai à Bruxelas para uma nova rodada de negociações. “O Mercosul tem pressionado para que o acordo político ocorra até o final do ano. O prazo final é outubro”, enfatiza Soraya.

Quanto ao acordo Brasil-Argentina, empresários da CNI e da União Industrial Argentina (UIA) decidiram criar o Conselho Empresarial Brasil-Argentina

(Cembrar) no segundo semestre de 2016. O objetivo é identificar oportunidades de negócios e políticas comuns que os governos possam adotar, para fomentar a cooperação, tanto no setor público quanto no privado. Nos cinco primeiros meses de 2017, as vendas para a Argentina cresceram 26,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

No dia 8 de junho, foi realizada a primeira reunião da seção brasileira do Cembrar, que conta com a participação de 58 empresas e associações setoriais, num esforço de melhorar o ambiente de negócios entre as duas maiores economias do Mercosul.

“O Cembrar vai atuar na busca da redução de barreiras. Alguns setores, como têxtil, químico, alumínio, proteína animal e produtos alimentícios já reportaram barreiras que incluem regulamentos técnicos, questões sanitárias e rotulagem”, destaca a gerente de Política Comercial da CNI, Constanza Negri.

CRISE VOLTA A ABALAR A CONFIANÇA EMPRESARIAL

APÓS QUATRO MESES DE RELATIVA ESTABILIDADE, ICEI MOSTRA QUE INSTABILIDADE NA POLÍTICA REDUZIU OS ÂNIMOS DA INDÚSTRIA E MANTEVE EXPECTATIVAS EM NÍVEL AQUÉM DO NECESSÁRIO PARA A RETOMADA DOS INVESTIMENTOS



Os efeitos da nova crise política inaugurada com as delações do grupo JBS, em maio, e a consequente estagnação da agenda de reformas estruturais abalaram a confiança do setor industrial. Assim, após quatro meses sem grandes oscilações, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) voltou a cair, na medição de junho. Diante de renovadas incertezas sobre a recuperação da economia, o indicador recuou 1,8 ponto no mês, para 51,9 pontos, mantendo-se abaixo da média histórica de 54 pontos.

Este patamar ainda indica ânimo positivo quanto ao futuro próximo, mas acende uma luz amarela quanto ao ritmo da retomada. Níveis de otimismo tímidos são insuficientes para que o setor industrial volte a investir na produção, passo necessário para o país crescer a taxas sustentadas e deixar a recessão para

trás. “Na medida em que nos afastamos da média histórica, ficamos ainda mais distantes do índice necessário para recuperar o investimento e a economia”, afirma Marcelo Azevedo, economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A queda nas expectativas em relação aos próximos seis meses foi o componente do ICEI que contribuiu, sozinho, para sua queda. Em relação a maio, o índice de expectativas caiu de 57,4 para 54,9 pontos. Os fatores externos à indústria, aliás, são as maiores fontes de incerteza. Em relação aos rumos da economia nos próximos seis meses, o indicador caiu de 53,8 para 49,5 pontos, abaixo da linha que separa o otimismo do pessimismo. Quando se avalia a situação da própria empresa, o indicador caiu menos: de 59,3 para 57,7 pontos.

A inflação abaixo do teto da meta, no acumulado nos últimos 12 meses,

e a perspectiva de novas reduções na taxa de juros geram expectativas positivas, no médio prazo, mas a instabilidade do cenário atual ainda mantém os empresários da indústria reticentes. Nesse componente do ICEI, o indicador manteve relativa estabilidade, caindo de 46,3 para 46 pontos, ainda que o número represente uma forte melhora em relação ao cenário de um ano atrás, quando estava em 35,1 pontos.

O quadro identificado pelo ICEI também surgiu em pesquisas de outras instituições, como o Índice de Confiança da Indústria, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em sua prévia, o indicador teve queda de 2,3 pontos, após três altas consecutivas. O resultado, explicou a FGV, decorreu da piora da expectativa em relação aos próximos meses, que caiu 3,2 pontos, e da percepção da situação atual da economia, que diminuiu 1,3 ponto.

INCERTEZAS NO PRESENTE E NO FUTURO

Índice de Condições Atuais



Índice de Expectativas

Fonte: ICEI – Ano 19 – n° 6 – Junho/2017



BRASILEIRO RELUTA EM VOLTAR A CONSUMIR

Otimismo é tímido há um ano



O ritmo lento da recuperação da economia tem mantido o consumidor reticente. Segundo o *Índice Nacional de Expectativa do Consumidor* (INEC), a confiança do brasileiro registrou 100,5 pontos, em junho, estável em relação ao mês anterior, mas abaixo dos 101 pontos de junho de 2016. Neste patamar, o indicador está 7,4% abaixo da média histórica, indicando ainda faltarem condições que estimulem uma recuperação do consumo e, consequentemente, a recuperação da atividade industrial.

Fonte: INEC – Ano 19 – nº 6 – Junho/2017



MAIS CAUTELA COM O BOLSO

Diante de incertezas sobre a economia, o consumidor se mostrou menos disposto a comprometer parte do orçamento, segundo dados mais recentes do INEC. Em relação a maio, houve queda de 1% na expectativa de compras de bens de maior valor, como móveis e eletrodomésticos, e de 0,9% no de endividamento, mostrando que o brasileiro ainda está preocupado com a situação financeira. Por outro lado, um indicador apresentou melhora: o de expectativa de renda pessoal, que cresceu 2,1%, embora ainda esteja 0,8% abaixo da marca de junho de 2016.

Fonte: INEC – Ano 19 – nº 6 – Junho/2017



Brasileiro preocupado com o bolso

	Jun/17 x Mai/17	Jun/17 x Jun/16
Compras de bens de maior valor	-1,0%	-0,5%
Renda pessoal	2,1%	-0,8%
Desemprego	-0,1%	0,8%
Inflação	0,6%	0,0%
Endividamento	-0,9%	-2,0%
Situação financeira	-0,3%	-0,1%

RECESSÃO TEVE FORTE IMPACTO SOBRE INDÚSTRIA

Desempenho da indústria



A recessão dos últimos dois anos teve fortes efeitos sobre a atividade industrial brasileira. No acumulado de 12 meses, até abril último, a produção física da indústria em geral recuou 3,6%, o faturamento real da indústria de transformação caiu 10,1% e o nível de emprego encolheu 5,9%. No entanto, há sinais de recuperação, ainda que lenta. No primeiro trimestre, o PIB da indústria cresceu 0,9% em relação ao trimestre anterior. Os números mais recentes do desempenho da indústria estão no documento *A indústria em números*, divulgado em 12 de junho.

Variável	Abr/17 x Mar/17 (%) dessazonalizado	Abr/17 x Abr/16 (%)	Acumulado 12 meses até Abr/17 (%)
Produção física*	0,6	-4,5	-3,6
Faturamento real**	-3,1	-9,9	10,7
Emprego**	-0,6	-4,1	-5,9

*Indústria Geral; **Indústria de transformação

Fonte: IBGE e CNI

AINDA ASSIM, INDÚSTRIA É MOTOR DA ECONOMIA



Participação da indústria na economia (%)

Atividade	PIB		Emprego		Massa salarial	
	2006	2016	2005	2015	2005	2015
INDÚSTRIA	27,7	21,2	23,7	22,2	24,3	22,0
Transformação	16,6	11,7	18,5	15,7	18,5	15,2
Construção	4,3	5,6	3,7	5,0	3,0	4,1
SIUP*	3,2	2,9	1,0	0,9	2,0	1,5
Extrativa	3,5	1,0	0,4	0,5	0,8	1,2

*Serviços Industriais de Utilidade Pública

Fonte: IBGE e RAIS / Ministério do Trabalho

Mesmo que tenha visto ser reduzida sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), a indústria brasileira mantém-se como principal engrenagem da economia nacional. Responsável por 21,2% do PIB (2016), o setor responde por 38,1% das exportações, 22,2% dos empregos (2015) e 22% da massa salarial (2015). Entre os segmentos da indústria, o de transformação é o que mais contribui na participação do setor como um todo na economia: 11,7% do PIB, 15,7% dos postos de trabalho e 15,2% da massa salarial.

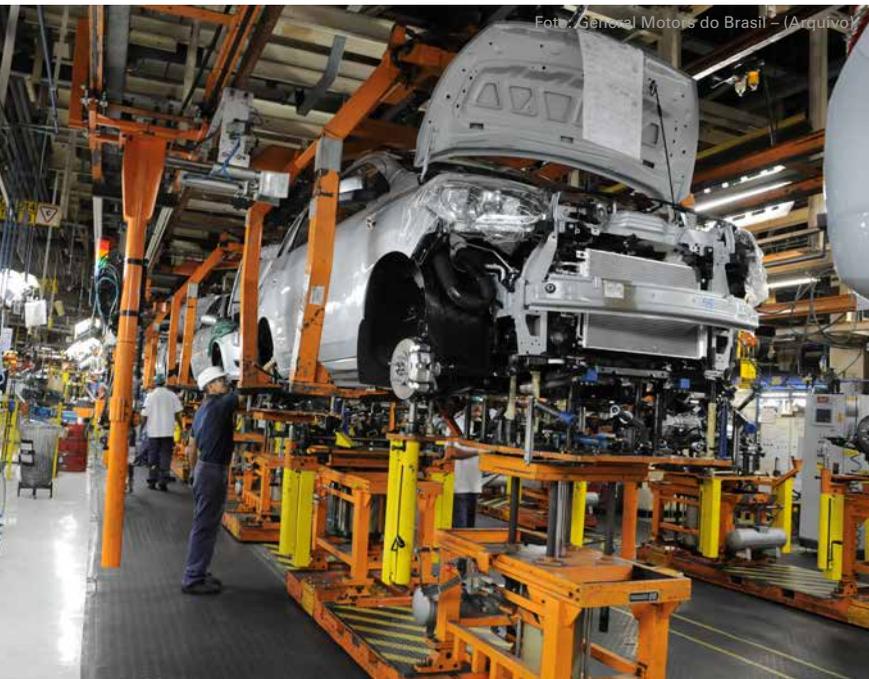


Foto: General Motors do Brasil - (Arquivo)

RS AUMENTA EXPORTAÇÕES NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE

As exportações gaúchas alcançaram US\$ 4,82 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período de 2016. Desse total, a indústria foi responsável por US\$ 3,62 bilhões (um incremento de 7,6%). As *commodities*, que subiram 36% e somaram US\$ 605 milhões, influenciaram positivamente esses números. Os melhores resultados vieram dos setores de produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (59,4%), alimentos (12%) e químicos (13,5%). Houve queda nos setores de tabaco (-29,6%), celulose e papel (-14,1%) e madeira (-18%).

PARCERIA FORMA 1ª TURMA DE TÉCNICOS POR SISTEMA DUAL

Uma parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero) com a Universidade de Ulm, na Alemanha, possibilitou, no final de maio, a formatura da primeira turma do curso técnico em Eletromecânica, com 25 alunos em sistema dual (escola + empresa). Os estudantes passaram metade do tempo na empresa, uma fábrica de refrigerantes, e outra metade na escola, e idealizaram três projetos de aparelhos mecânicos de inovação para a empresa.

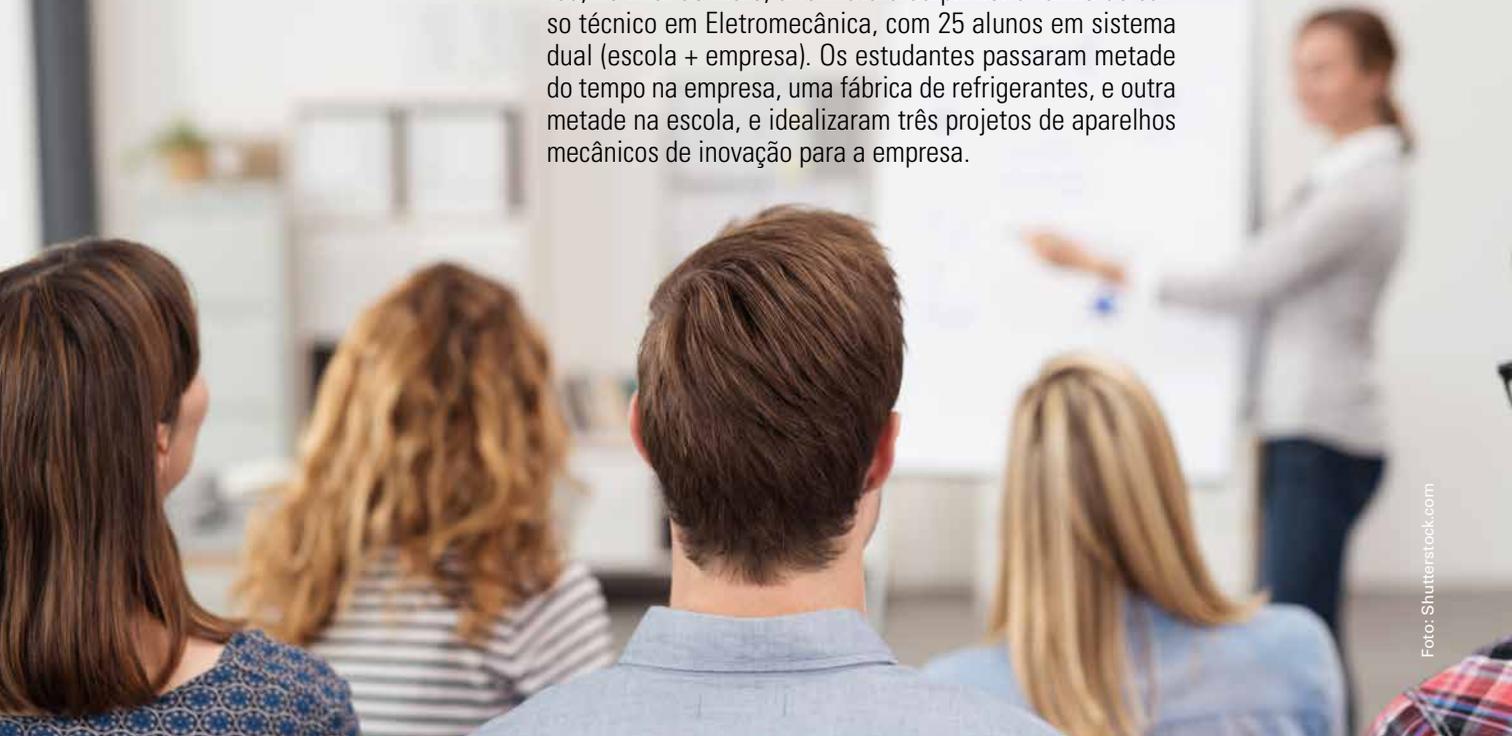


Foto: Shutterstock.com



SERGIPE CAPACITA SUAS EMPRESAS

A Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realizou cursos de implantação de normas nacionais e internacionais para o setor de alimentos e de bebidas, assim como de mecanismos de financiamento às exportações. As ações fazem parte do projeto *Inserção Internacional Competitiva de Pequenos Negócios* (Inseri). O objetivo é contribuir para o desenvolvimento das indústrias e melhorar a competitividade e a inserção das empresas no mercado internacional, a partir de uma gestão público-privada.



Foto: Divulgação / FIEMT

EMPRESÁRIOS DE MT INTERESSADOS NA SUÍÇA

Empresários interessados em expandir os negócios internacionais participaram, em junho, do encontro *Oportunidades e Cooperação entre Mato Grosso e Suíça*, realizado em Cuiabá pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT). O embaixador da Suíça no Brasil, André Regli, apresentou dados macroeconômicos das relações bilaterais entre a Suíça e o Brasil. Philippe Praz, diretor da *Swiss Business Hub Brazil* – representante da agência oficial de promoção de comércio e investimento internacional suíça – esclareceu sobre oportunidades de investimentos.

PR ABRE EDITAL DE INOVAÇÃO

O *Edital de Inovação para a Indústria* do Instituto SENAI de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná selecionou, em 2016, um aparelho capaz de diminuir os altos índices da emissão dos gases de efeito estufa gerados pelas caldeiras das indústrias. O equipamento, da empresa Aparecido Ribeiro, foi disponibilizado este ano no mercado. Ele é capaz de filtrar e capturar os gases gerados por fontes fixas como caldeiras, fornos, motores estacionários e usinas termelétricas. As inscrições do edital de inovação 2017 estão abertas.



GIRO GLOBAL

ÍNDIA INVESTE EM OBRAS COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O governo indiano, em parceria com a Federação de Câmaras do Comércio e da Indústria da Índia (FICCI), lançou um programa que visa a implementar medidas de eficiência energética em cerca de 10 mil grandes edifícios, governamentais e privados, em todo o país, nos próximos três anos. O objetivo é reduzir os custos de energia e gerir melhor o consumo energético. Também foi inaugurado o *National Building Dashboard*, um painel que permitirá ao público ver, em tempo real, dados sobre a economia de energia juntamente com as emissões de CO₂. Futuramente, após a otimização dessas medidas, serão instaladas placas solares nos telhados desses edifícios.



Foto: Shutterstock.com



BRICS SÃO TEMA DE ENCONTRO NA RÚSSIA

A Câmara de Comércio e Indústria da Federação Russa (CCI of Russia) realizou o fórum *Dinâmica da Economia Global*. Nele, dedicou-se espaço para a análise da cooperação econômica entre países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Russos, chineses e sul-africanos compartilharam suas experiências em projetos do bloco nos setores de infraestrutura, energia, indústria, tecnologia da informação e telecomunicações. Identificou-se desafios enfrentados e falou-se sobre as prioridades a serem discutidas na próxima cúpula BRICS, a ser realizada em setembro em Xiamen, na China.

EMPRESÁRIOS NORTE-AMERICANOS ESTÃO OTIMISTAS, DIZ ESTUDO

Uma pesquisa realizada pela Câmara Americana de Comércio (*U. S. Chamber of Commerce*) revela que pequenos e micro-empresários americanos estão confiantes quanto à saúde financeira de suas empresas. Todavia, esperam que o governo faça avanços nos próximos meses em questões críticas como infraestrutura, reforma fiscal abrangente e reforma regulatória. As empresas – especialmente as pequenas – esperam transformar sua confiança em mais investimentos e empregos, salários mais altos e crescimento econômico mais forte.

INDÚSTRIA CHILENA PERDEU US\$ 4 BILHÕES EM TRÊS ANOS

Informe econômico da Câmara de Comércio de Santiago, no Chile, aponta que, em períodos de crescimento econômico, a indústria chilena tende a manter estoques elevados de seus produtos. Nos períodos de retração, no entanto, caem. Porém, entre 2014 e 2016, houve uma redução progressiva dos estoques da ordem de US\$ 4 bilhões, uma queda acima da média dos anos anteriores. O estudo aponta que a redução, devido à sua magnitude, pode ter sido influenciada pela velocidade de obsolescência dos produtos e pela melhoria na gestão dos canais de distribuição e logística.



INOVAÇÃO AUMENTA LUCROS DE HOLANDESES

As organizações empresariais holandesas *MKB-Nederland* e *VNO-NCW* mostraram-se satisfeitas com os resultados positivos do regime de incentivo fiscal holandês *WBSO*. Dados apontam que empresários holandeses, dos quais 97% são micro e pequenas empresas, aumentaram seus lucros em 1,2 bilhão de euros, em 2016. O aumento decorreu do regime que incentiva empresários a investirem em pesquisa para o desenvolvimento de produtos e de serviços.

Foto: Shutterstock.com

PESQUISA MOSTRA AVANÇOS NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR

LEVANTAMENTO INÉDITO DO SESI MOSTRA QUE A PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA NO AMBIENTE LABORAL REDUZ AS FALTAS DOS TRABALHADORES

Para 43,6% das empresas entrevistadas, programas de promoção da saúde e segurança de trabalhadores aumentam a produtividade na indústria



Acidentes e estresse no trabalho e doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes, são aspectos da área de segurança e saúde do trabalho que mais prejudicam a produtividade dos trabalhadores brasileiros. É o que diz pesquisa inédita do Serviço Social da Indústria (SESI), que ouviu 500 médias e grandes empresas sobre segurança no trabalho.

O estudo reúne dados do período de outubro de 2015 a fevereiro de 2016 referentes aos setores de máquinas e equipamentos, construção, instalação e manutenção, metalurgia, alimentos, vestuário, calçados, embalagens e plásticos, têxtil, papel e celulose, energia, madeira e bebidas, entre outros.

Das empresas ouvidas, 71,6% afirmaram dar grande atenção à saúde e à segurança dos trabalhadores. Na visão de 76,4% dos entrevistados, o grau de atenção da indústria brasileira ao tema deve aumentar nos próximos cinco anos.

A pesquisa mostra que, para 48% das empresas entrevistadas, ações para aumentar a segurança no ambiente laboral e promover a saúde de trabalhadores reduzem as faltas ao trabalho. Para 43,6%, esses programas aumentam a produtividade no chão da fábrica, e 34,8% apontam que tais ações reduzem custos. Por esses motivos, as empresas dão grande importância ao tema.

Na avaliação do diretor de Operações do SESI Nacional, Marcos Tadeu de Siqueira, ao focar nessa questão, as empresas têm como resultado a redução dos acidentes e doenças ocupacionais no Brasil. “Questões relativas à segurança e saúde no trabalho impactam diretamente a produtividade e a competitividade das empresas e, com o apoio do SESI, indústrias vêm tendo ganhos com investimentos na área”, destaca.

“Os acidentes e as doenças trazem grande variedade de despesas, desde custos médicos e indenizações a

trabalhadores e famílias até perda de produtividade e desgaste da imagem das empresas”, completa o diretor.

Dados do Ministério do Trabalho apontam que o número de acidentes de trabalho por grupo de 100 mil profissionais caiu mais de 17% entre 2007 e 2013 – de 1.378, em 2007, para 1.142, em 2013.

A pesquisa do SESI mostra, ainda, que a alta importância dada ao tema está relacionada, sobretudo, à preocupação com o bem-estar do trabalhador, à maior conscientização das empresas e à prevenção de acidentes de trabalho.

Segundo o estudo, a maioria das empresas realiza programas de promoção da saúde de trabalhadores que vão além do cumprimento de requisitos legais. Exemplos disso são a gestão dos afastamentos por doenças, feita por 87,8% das indústrias, e o monitoramento de aspectos ergonômicos no ambiente de trabalho, promovido por 84% dos empreendimentos.

O reconhecimento a esse trabalho constante do SESI veio demonstrado com o recebimento, pela quinta vez, do prêmio *Top of Mind*, da Revista Proteção, como a marca mais lembrada em serviços de segurança e saúde no trabalho. Na edição deste ano, 386 profissionais votaram na categoria *Entidades Prestadoras de Serviço* em 122 marcas. O SESI teve 22% das menções. A cerimônia de premiação será realizada no dia 17 de agosto, em São Paulo (SP).

Recentemente, a instituição lançou o *Programa SESI de Gestão do Absenteísmo* em 15 estados. A iniciativa envolve desde diagnóstico para entender as causas de afastamentos do trabalho a propostas de solução, como criação e mudanças em políticas de SST da empresa e melhor gerenciamento de exigências legais para evitar custos adicionais como, por exemplo, o Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

A instituição promove, ainda, o *Programa SESI Alimentação Saudável na Indústria*, que prevê ações educativas que influenciem os trabalhadores da indústria a terem hábitos alimentares mais saudáveis, além de tratamento nutricional para os casos de risco de adoecimento ou de doenças já instaladas, principalmente obesidade, diabetes, pressão e colesterol altos.

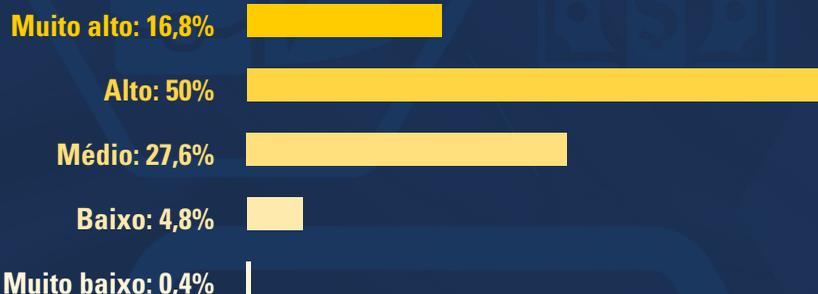
Em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e com os representantes estaduais do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), do Serviço Social da Indústria da Construção Civil (Secconci) e do Sindicato da Indústria da Construção Pesada (Sicepot), o SESI desenvolveu o *Programa Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho para a Indústria da Construção* (PNSSTIC). O programa de inovação tecnológica em segurança e saúde no trabalho, de abrangência nacional, divulga métodos, soluções e conhecimento para contribuir com a eliminação ou redução de acidentes e doenças no trabalho na indústria da construção, com ênfase nos acidentes fatais e incapacitantes.

O SESI também investe na capacitação de seus profissionais e busca, inclusive, parcerias com instituições do Canadá, Estados Unidos e Finlândia.

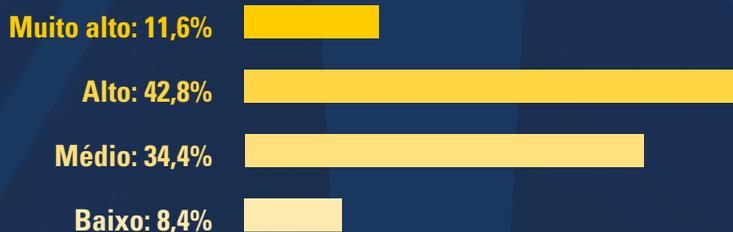
Criado em 1946, o SESI tem como desafio aumentar a produtividade da indústria, promovendo o bem-estar do trabalhador. Nesse sentido, oferece soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida. Na área de SST, conta com diversos serviços como cursos, diagnósticos, exames, programas legais e consultorias. Esse produtos vão além da legislação e ajudam a empresa a agir preventivamente em aspectos relacionados a segurança e saúde do trabalho.

GRAU DE ATENÇÃO DA EMPRESA COM A PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES

GRANDES EMPRESAS



MÉDIAS EMPRESAS



PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS CINCO ANOS QUANTO AO GRAU DE ATENÇÃO À SST PELA INDÚSTRIA BRASILEIRA

GRANDES EMPRESAS



MÉDIAS EMPRESAS



Fonte: Pesquisa Retrato da Gestão da Saúde e Segurança na Indústria Brasileira (CNI-SESI)

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaiabr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA